

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE CIÊNCIAS
JURÍDICAS E ECONÔMICAS FACULDADE DE DIREITO**

**SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA
EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA CIVILIZATÓRIO**

JADE TOLEDO BARROS

**RIO DE JANEIRO
2017/2º SEMETRE**

JADE TOLEDO BARROS

**SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA
EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA CIVILIZATÓRIO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção de grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Daniel Braga Lourenço.**

CIP - Catalogação na Publicação

B118s Barros, Jade Toledo
SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO: UMA
ANÁLISE CRÍTICA EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA
CIVILIZATÓRIO / Jade Toledo Barros. -- Rio de
Janeiro, 2017.
75 f.

Orientador: Daniel Braga Lourenço.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. sustentabilidade. 2. desenvolvimento
sustentável. 3. direito ambiental. 4. hermenêutica
jurídica. I. Lourenço, Daniel Braga, orient. II.
Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RIO DE JANEIRO
2017/ 2º SEMESTRE

JADE TOLEDO BARROS

**SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA
EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA CIVILIZATÓRIO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção de grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Daniel Braga Lourenço.**

Data da aprovação ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA:

_ Orientador

_ Membro da Banca

_ Membro da Banca

**RIO DE JANEIRO
2017, SEGUNDO SEMESTRE**

Aos meus pais, Eliane e Nelson, por tudo.

AGRADECIMENTO

À minha querida prima e amiga Maria Inês, com quem tive a honra e o prazer de aprender diariamente durante a maior parte da minha passagem pelo Rio de Janeiro. Não apenas por todo o auxílio durante os cinco anos de faculdade ou pelo saber jurídico, mas também pela peculiar maneira como enxerga e reage ao mundo.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o princípio da sustentabilidade, a partir de uma perspectiva multidimensional como instrumento norteador de todo e qualquer desenvolvimento. Com o fim de determinar a necessidade cada vez mais urgente de rompimento com o atual paradigma civilizatório, é imprescindível tecer uma visão crítica sobre o desenvolvimento padrão - material com o fim em si próprio- para, então, compreender o real conceito de sustentabilidade. Vivemos uma crise socioambiental generalizada que se agrava a cada ano. A humanidade tem se comportado como um verdadeiro parasita no mundo e é preciso mudar tal comportamento, se a existência de um futuro que nos inclua é um interesse comum aos homens. O Direito Ambiental, por meio da sustentabilidade, busca trazer um novo modelo comportamental para a humanidade como um todo a partir da observância da interconectividade entre todas as coisas e seres. Não há mais espaço para a visão ultrapassada e fragmentária do mundo e, por isso, o princípio da sustentabilidade é fundamental para uma nova hermenêutica não só para a área jurídica, mas também ao campo econômico e político, a partir de um viés ético, social e ambiental.

Palavras-chave: sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; direito ambiental; hermenêutica jurídica.

ABSTRACT

The paper here presented intends to analyze the principle of sustainability, from a multiple range of perspectives and act as an instrument aimed at providing guidance to further development in the aforementioned matter. In order to establish the increasingly urgent need to break with the current civilization paradigm, it is imperative to provide a critical view of the standard development - material with the end in itself - to understand the real concept of sustainability. We currently live amidst a generalized social-environmental crisis that worsens year after year. Humanity as a whole has behaved as a true parasite in the world and change is in order if a future in which we participate is a common goal for mankind. The Environmental Law, through sustainability, reaches out for a new behavioral model for humanity as a whole from the observance of the interconnectivity between all things and beings. There is no more space for the outdated and fragmented world view, and therefore, the principle of sustainability is fundamental for a new hermeneutics not only for the legal area, but also the economic and political fields, from an ethical, social and environmental standpoint.

Keywords: sustainability; sustainable development; environmental law; legal hermeneutics.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1. O Desenvolvimento Predatório e a Crise Ambiental	11
1.1. O Projeto da Modernidade	12
1.1.1. Visão da Terra como coisa e baú de recursos.....	13
1.1.2. Antropocentrismo Despótico e Ilusório.....	15
1.1.3. Individualismo exacerbado e a dinâmica de competição.....	17
1.1.4. Primazia do capital material sobre o capital humano.....	18
1.2. A Falácia do Crescimento Material Ilimitado	19
1.2.1. Insaciabilidade: Hiperconsumismo e Obsolescência.....	20
1.2.2. Perda de Capital Vital.....	24
1.2.3. Desigualdade Social.....	31
1.3. PIB: um indicador ineficaz	38
Capítulo 2. O Meio Ambiente e a Sustentabilidade	42
2.1. As origens do conceito de sustentabilidade	42
2.2. O modelo tradicional tridimensional	50
2.3. O Modelo Multidimensional de Juarez Freitas	52
2.3.1. Dimensão Social.....	53
2.3.2. Dimensão Ambiental.....	55
2.3.3. Dimensão Econômica.....	56
2.3.4. Dimensão ética.....	57
2.3.5. Dimensão jurídico-política.....	61
2.4. A Dialética da Sustentabilidade	63
3. Considerações Finais	67
4. Referências bibliográficas	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do desenvolvimento humano, a partir de uma perspectiva integradora e peculiarmente ampla. Entretanto, este objetivo não se resume a uma mera análise do modelo padrão de desenvolvimento praticado – atual paradigma civilizatório, mas procura tecer uma abordagem crítica do próprio conceito de desenvolvimento – sem dúvidas um tema interdisciplinar que envolve muito além de aspectos meramente jurídicos, a análise de outras áreas do conhecimento como a sociologia, biologia, economia, política, ética etc.

Com este condão, procurou-se num primeiro momento compreender o conceito padrão de desenvolvimento, constatando-se que este é fundamentado na visão da Terra como coisa e baú de recursos (i), num Antropocentrismo despótico e ilusório (ii), no Individualismo exacerbado e na dinâmica de competição (iii), na Primazia do capital material sobre o capital humano (iv). Tal percepção distorcida do mundo fez com que a humanidade passasse a acreditar na viabilidade de um projeto de desenvolvimento pautado pelo crescimento material ilimitado – um modelo de desenvolvimento predatório, fio condutor da crise ambiental que vivemos atualmente.

Entendendo que o crescimento material ilimitado não passa de uma falácia, seguimos aos desdobramentos dessa crença infundada, que são: o estilo de vida guiado pelo sentimento de insaciabilidade, no qual o hiperconsumismo e obsolescência desempenham papéis de destaque (i); a perda de capital vital do nosso planeta (ii); e a desigualdade social (iii). Em tempo, é percebido que o presente modelo desenvolvimentista foi meticulosamente arquitetado —naturalizando|| padrões sociais —não-naturais|. As pessoas foram transformadas em consumidores e a natureza, em recursos a serem explorados, sendo a desigualdade social um desdobramento da injustiça ambiental – notando que a crise ambiental é, na verdade, uma crise ética, política e social.

Esse desenvolvimento que destrói a natureza, escraviza os animais, incluindo os humanos, e beneficia uma pequena minoria em detrimento da coletividade é um desenvolvimento que não devemos querer. A adoção globalizada de tal modelo quantitativo e fragmentário faz com que a cada dia a humanidade esteja mais perto de seu próprio fim. Essas

constatações, dentre outras tantas, advogam pela necessidade de ruptura com esse padrão auto-destrutivo – o que leva o estudo ao segundo momento.

A segunda parte do presente trabalho se encarrega da explanação sobre um novo paradigma civilizatório norteado pela sustentabilidade. Passando pela origem do conceito de sustentabilidade e pelo modelo tridimensional ou da sustentabilidade retórica, chegamos ao conceito multidimensional de Juarez Freitas, sendo este o modelo de desenvolvimento desejável. O desenvolvimento sustentável é, então, delineado através de uma visão integradora - das dimensões social (i), ambiental (ii), econômica (iii), jurídico-política (iv) e ética (v), sendo capaz de proporcionar o bem-estar de maneira universalizável, para além da visão antropocêntrica. A partir dessa compreensão podemos recalibrar o modo de pensar e gerir o destino comum, promovendo uma reviravolta profunda do estilo de pensar, produzir e consumir.

Certo de que se trata de um tema complexo, o trabalho tem como principal objetivo oferecer uma visão crítica do atual modelo de desenvolvimento irresponsável, inserindo a sustentabilidade não só como uma alternativa, mas como uma necessidade comum.

1. O DESENVOLVIMENTO PREDATÓRIO E A CRISE AMBIENTAL.

Desde sua formação, há cerca de 4,6 bilhões de anos, o planeta Terra está em constante processo de transformação. A origem da vida nesse planeta é datada há 3,6 bilhões de anos, sendo que os humanos anatomicamente modernos surgiram apenas aproximadamente nos últimos de 200 mil anos. Desde então, o homem mudou completamente o seu comportamento. Deixou a condição de nômade tornando-se sedentário, dominou o fogo, as técnicas de agricultura e pecuária, desenvolveu ciências como a engenharia e medicina, de maneira a garantir, além da perpetuação da espécie humana, a sua condição de Senhor do mundo.

Se já era nítida a alteração da paisagem terrestre pela espécie humana antes das Revoluções Industriais, depois delas esse fenômeno se intensificou de maneira gravosa. Dessa necessidade de afirmar a voraz e irresponsável intervenção humana nos processos naturais cunhou-se o termo *Antropoceno* para nomear o novo período ou era geológica na qual vivemos atualmente. Era essa em que o homem passou a ser fator de mudança climática, acelerando o processo natural de desaparecimento das espécies. Segundo o criador da expressão biodiversidade, o biólogo Edward Wilson, estima-se estarem sendo eliminadas entre 27.000 a 100.000 espécies por ano¹. O que significa dizer que já estamos perdendo espécies num ritmo coerente com um evento da sexta extinção em massa. As evidências atuais em relação a esse tipo de mudanças indicam que o *Antropoceno* pode ter se iniciado em meados do século XX². Da exploração e queima dos combustíveis fósseis, à criação de organismos geneticamente modificados, da produção de energia ao uso indiscriminado de agrotóxicos e pesticidas temos como custo da dominação da natureza e da exploração de todos os seus bens e serviços a crescente dizimação da biodiversidade.

Não obstante todos os dados e estimativas preocupantes a respeito dos danos - muitas vezes irreversíveis - ao meio ambiente, seguimos a persecução desmedida do —crescimento

1 BARBAULT, Robert. Ecologia geral: Estrutura e funcionamento da biosfera. Petrópolis: Vozes, 2011. 318 p.

2 WATERS, C. N. et al. The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. *Science*, [S.L], v. 351, n. 6269, jan. 2016. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/351/6269/aad2622>>. Acesso em: 18 set. 2017.

econômico, —progresso, —evolução, como se —desenvolvimento fosse um processo quantitativo, crescente e contínuo, tratando a crise ambiental como um problema hierarquicamente inferior à crise econômica e passível de ser solucionado num futuro pré-apocalíptico milagrosamente pelos avanços técnicos e científicos.

O conjunto de crenças e valores que fazem com que esse pensamento seja possível atualmente são os mesmos que criaram a situação de crise ambiental e corroboram para sua manutenção e agravamento. Aldous Huxley no início da década de 1960 já discursava sobre a maneira não natural que o homem tratava a natureza e seus tristes resultados³. Lynn White Jr, na década de 1970, ao remontar as raízes históricas da crise ambiental, constatou que a crise se deu a partir do casamento entre a ciência e tecnologia na contemporaneidade pelas revoluções democráticas⁴. Contudo, tanto a ciência quanto a tecnologia que se uniram a partir do século XIX foram desenvolvidas separadamente no decorrer da idade moderna e apoiadas em crenças e valores formados durante a Idade Média. Assim, White Jr nos remete ao passado buscando entender o que ocorre no presente para que possamos repensar nossos axiomas.

1.1. O Projeto da Modernidade

A idade Moderna foi marcada por grandes eventos que ajudam a compreender a ideia de progresso ilimitado herdada historicamente. Após longos séculos de Idade Média, o velho continente foi palco da Renascença, o homem europeu se arriscou na navegação oceânica

³ Tradução livre. No original: —man's unnatural treatment of nature and its sad result. JR, Lynn WHITE. Historical roots of our ecological crisis. Science, [S.L], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, mar. 1967. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203>>. Acesso em: 18 set. 2017.

⁴ Tradução livre: Como um começo, nós devemos tentar explicar nosso jeito de pensar observando, com certa profundidade histórica, os pressupostos que fundamentam a ciência e tecnologia modernas. A Ciência era tradicionalmente aristocrática, especulativa, com fim intelectual; tecnologia advinha das classes mais baixas, empírica, orientada pela ação. A fusão repentina das duas, em meados do sec. XIX, é certamente relacionada às revoluções democráticas contemporâneas que, reduzindo barreiras sociais, tenderam a afirmar a unidade funcional entre cérebro e mão. Nossa crise ecológica é o produto de uma democracia cultural emergente e completamente nova. A questão é se o mundo democratizado pode sobreviver as suas próprias implicações-consequências. Presumidamente nos não podemos, a não ser que repensem nossos axiomas. No Original: —As a beginning we should try to clarify our thinking by looking, in some historical depth, at the presuppositions that underlie modern technology and science. Science was traditionally aristocratic, speculative, intellectual in intent; technology was lower-class, empirical, action oriented. The quite sudden fusion of these two, towards the middle of the 19th century, is surely related to the slightly prior and contemporary democratic revolutions which, by reducing social barriers, tended to assert a functional unity of brain and hand. Our ecologic crisis is the product of an emerging, entirely novel, democratic culture. The issue is whether a democratized world can survive its own implications. Presumably we cannot unless we rethink our axioms. JR, Lynn WHITE. Historical roots of our ecological crisis. Science, [S.L], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, mar. 1967. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203>>. Acesso em: 18 set. 2017.

descobrimos porções de terras inteiramente novas sob seu ponto de vista e as colonizando, houve o florescimento do capitalismo mercantil, das ideias iluministas e o estouro das revoluções liberais burguesas.

Nesse contexto de otimismo, individualismo, antropocentrismo e racionalismo não havia espaço para a precaução ou prevenção, mesmo porque a mentalidade era de que os homens deveriam estabelecer o domínio sobre a natureza e, de acordo com esses parâmetros, estavam saindo muito bem na referida empreitada. Os axiomas que fundamentaram a ação humana outrora são as causas da insustentabilidade da atual ordem ecológica social⁵, vez que continuam como crenças e valores da sociedade presente provocando cumulativos desequilíbrios, falsos progressos – traduzindo-se na cultura da insaciabilidade.

1.1.1. Visão da Terra como coisa e baú de recursos

Se a ecologia humana é profundamente condicionada por crenças sobre nossa natureza e destino, o fim do animismo pagão e do misticismo modificou a relação do homem para com a natureza⁶. Noutro tempo o respeito pelos animais, vegetais e seres inanimados era notório, pois estes assumiam espírito, eram concebidos muitas vezes como entidades. Na medida em que o cristianismo floresceu na Europa e, com o evento das grandes navegações, se propagou ao novo mundo, os elementos místicos na maneira do homem enxergar a natureza foram se perdendo. A Terra passava a ser vista como *res extensa*, uma realidade sem espírito e sem propósito⁷.

O ideal científico moderno cristão, produto da tecnologia e ciência dinâmicas, ambas formadas no mundo ocidental medieval, trouxe a dualidade Ser Humano-Natureza. Vendo-nos em posição oposta à da natureza, nós homens passamos a concebê-la quase como

5 Termo usado por BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 67p.

6 —In Antiquity every tree, every spring, every stream, every hill had its own genius loci, its guardian spirit. These spirits were accessible to men, but were very unlike men; centaurs, fauns, and mermaids show their ambivalence. Before one cut a tree, mined a mountain, or dammed a brook, it was important to placate the spirit in charge of that particular situation, and to keep it placated. | JR, Lynn WHITE. Historical roots of our ecological crisis. *Science*, [S.L], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, mar. 1967. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203>>. Acesso em: 18 set. 2017.

7BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 68 p.

adversária. Era necessário demonstrar a presença e força humana —transpondo os obstáculos da natureza

Assim nos comportamos ainda hoje, considerando a Terra como repositório inesgotável de recursos capaz de proporcionar ao homem o progresso ilimitado. Por mais que esse seja o entendimento como modelo padrão de ação, sabemos que os recursos que este planeta pode nos prover são limitados. O capital natural torna-se, a cada dia, mais escasso; a população humana, em contraposição, torna-se cada vez mais numerosa em intervalos de tempo absurdamente curtos. Diante desses fatos, é fácil constatar que a busca ilimitada pelo desenvolvimento, pelo crescimento em um planeta com recursos finitos está fadada ao desastre.

Esse desastre já está em curso. A população mundial aumentou de cerca de 1.6 bilhões de pessoas em 1900 para 7,3 bilhões em 2016, segundo dados da ONU⁸. A pressão antrópica exercida sobre o planeta nunca foi tão grande. A bomba demográfica populacional humana somada ao estilo de vida atual tem aumentado abruptamente a demanda por recursos naturais de forma a ultrapassar a capacidade do planeta em renovar tais recursos. Em outras palavras, estamos sobre explorando nosso habitat natural.

Desde a década de 1970 já demandávamos, por ano, mais recursos do que o planeta era capaz de renovar nesse mesmo período de tempo. Hoje a humanidade usa o equivalente a 1,6 planetas por ano, ou seja, levaria mais de um ano e meio para a Terra regenerar o que é gasto em um ano⁹. Se ora a natureza era tida como um adversário a ser vencido pelo homem, a sua preservação hoje é vista como empecilho ao desenvolvimento econômico. Então, seguimos aumentando nossa pegada ecológica e agindo de forma irresponsável como se a

8 Tradução livre. No original: —La población mundial aumentó de casi 1.6 mil millones de personas, en 1900, a los 7.3 mil millones actuales (ONU, 2016)!. WWF. **Informe planeta vivo 2016**. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/informe_planeta_vivo_2016.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017: 58 p.

9 —The world's ecological deficit is referred to as global ecological overshoot. Since the 1970s, humanity has been in ecological overshoot, with annual demand on resources exceeding what Earth can regenerate each year. Today humanity uses the equivalent of 1.6 Earths to provide the resources we use and absorb our waste. This means it now takes the Earth one year and six months to regenerate what we use in a year. We use more ecological resources and services than nature can regenerate through overfishing, overharvesting forests, and emitting more carbon dioxide into the atmosphere than forests can sequester!. FOOTPRINT

NETWORK. **Global footprint**. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>>. consultado em 4 de outubro de 2017.>. Acesso em: 04 out. 2017.

Terra fosse uma mera coisa, ignorando a sua complexidade e assumindo os riscos da catástrofe em curso.

1.1.2. Antropocentrismo Despótico e Ilusório

A semente dessa causa específica da crise ambiental curiosamente foi semeada no mesmo contexto histórico em que a humanidade passou a enxergar a natureza apenas como fonte de recursos a ser dominada pelo homem, isto é, com a difusão da teologia judaico-cristã. Lynn White Jr já dizia em 1973 que a vitória do Cristianismo sobre o Paganismo foi a grande revolução psíquica da história da nossa cultura. A teologia cristã herdou do Judaísmo não só uma visão não repetitiva e linear do tempo¹⁰, como também uma grandiosa história da criação.

Esse poderoso Deus criou os céus e a terra, a luz e o dia, as plantas e animais. Com todo o —cenário¹¹ preparado, tal deus disse: —Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os reptéis que se arrastem sobre a terra. Então Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus¹². Cumpre-se dizer que aí já ficou bem estabelecida a dualidade homem-natureza e a superioridade do homem frente à natureza, a final, o comando foi dado no sentido de que o ele reinasse sobre os demais seres — e não ao lado destes. Outros fatores importantes que sustentam a diferenciação do homem dos demais seres podem ser, por exemplo, o fato de que apenas os humanos foram feitos à imagem e semelhança do criador ou que apenas os humanos tem alma imortal¹³ ou até senso de moral que os permite desempenhar a habilidade de arrependimento.

10 Visão essa que tornou possível a crença no desenvolvimento ilimitado.

11 —Os animais (assim como outros seres, a natureza) são (no Velho Testamento), como costumam ser em textos tidos sagrados, personagens secundários de uma novela ou epopeia da qual, a rigor, não tomam parte a não ser como figurantes, adornos, acessórios, objetos, seres desimportantes (sem individualidade, sem nome) ou com algum papel instrumental (sacrifício a Deus, transmissão de uma lição). Enfim, a não ser assim — e, muitas vezes, a eles é melhor não ser — são paisagem. OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza De. Especismo Religioso. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 6, n. 8, p. 161-220, jan./jun. 2011. 170 p.

12 Gênesis 1:26-27. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/vc/gn/1>. Consultado em 5 de outubro de 2017.

13 Foi dito que a mulher não tinha alma, que o negro e o índio também não. Que o diferente é bárbaro, herege, ímpio. Que a mulher é, por natureza, dada a frivolidades, à luxúria, ao pecado; grave ou a pior tentação ao homem, este sim vocacionado à razão, à ciência, à retidão. Que a alma que encarna em corpo de mulher é menos desenvolvida que a alma que encarna em corpo masculino. Os postos mais elevados na hierarquia institucional

—Atente-se: se as postulações de que o ser humano é o único animal racional, de que é o único detentor de linguagem, de que é o único ser social, de que exclusivamente ele produz cultura, de que é o único animal capaz de assumir ou, mais rigorosamente, de entender que possui deveres, de que carrega a exclusividade de ser agente moral – estas duas últimas assertivas, notadamente a segunda, amplamente admitidas, incluso entre os defensores dos direitos animais-, entre outras tantas investidas na linha de assim singularizar a humanidade (como, v.g., o ser humano é o único animal que ri, que sente saudade, que projeta o futuro), atributos privativos (e não compartilhados em graus e/ou qualidades), já foram contestadas, atestadas falsas, transformadas em terras movediças, a última fronteira, que se espera derradeiramente intransponível, é proclamar que o humano é o único animal religioso (Keith Thomas).¹⁴

Como se a narrativa não tivesse sido suficiente, o deus judaico-cristão abençoou o homem e seguiu o instruindo: —frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra. (...) Eis que vos dou toda a erva que dá semente sobre a terra, e todas as árvores frutíferas que contêm em si mesmas a sua semente, para que vos sirvam de alimento¹⁵. Assim o pensamento antropocêntrico foi fundamentado. Os homens por muito tempo exploraram a natureza para seus próprios fins, apoiados na crença de que essa era a vontade do Criador.

Por mais que posteriormente o ocidente tenha se iluminado e se secularizado, rechaçando os dogmas da igreja e se guiando pela racionalidade, os valores trazidos pelo cristianismo ainda são os aceitos pela nossa sociedade ¹⁶. De modo a ser seguro dizer que a bíblia continua ocupando a posição de livro mais vendido de todos os tempos na porção geográfica poente do planeta Terra. Nesse sentido, Fabio de Oliveira, em seu artigo intitulado de —Especismo Religioso¹⁴ ensina:

—A religião, mote central formador do senso comum, é poderoso ingrediente do caldo cultural avesso ao Direito dos Animais. E, apesar de algum enfraquecimento, não pode ser subestimada ou relegada na investigação da problemática concernente à

religiosa foram e permanecem sendo, via de regra, interditados às mulheres. Elas normalmente não fazem sacramentos, não rezam missa, não são líderes do mais alto escalão, ocupam posição subalterna aos homens. As mais proeminentes personalidades religiosas foram ou são homens. O próprio Deus é, muitas vezes, representado em figura masculina (o Pai). A divindade indiana da ilusão, da desavença, do erro, da devassidão, assume a forma de uma mulher, de seios desnudos, sedutora, chama-se Kali. Há, não se pode negar, um androcentrismo religioso, uma misoginia espiritual. E o diabo? Pode aparecer no formato de animal, tem chifre e rabo; a besta.¹⁴ OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza De. Especismo Religioso. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 6, n. 8, p. 161-220, jan./jun. 2011. 168 p.

¹⁴OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza De. Especismo Religioso. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 6, n. 8, p. 161-220, jan./jun. 2011. 167 p.

¹⁵Gênesis 1:28-29 . Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/vc/gn/1>. Consultado em 5 de outubro de 2017.

imagem que os seres humanos, majoritariamente, têm dos seres não-humanos e das relações que mantêm com eles.¶

O que mudou - e segue mudando - é a velocidade com a qual a dominância humana se impõe aos demais seres por meio dos avanços científicos e tecnológicos.

Alterando rapidamente a paisagem terrestre nós nos tornamos os senhores do Planeta e ocupando essa posição pudemos perceber que, além de sermos uma grande ameaça aos demais seres, somos nossa maior ameaça. Ou seja, a nossa própria dominância destrutiva foi tão longe que, se a situação seguir como está não haverá mais o que dominar. Melhor dizendo, a espécie humana corre real risco de extinção. Curiosamente – mas não surpreendentemente - o ambientalismo moderno se originou desse pensamento antropocêntrico.

Apesar do antropocentrismo ainda ser um valor arraigado na sociedade, ele tem sido frequentemente mitigado. Mesmo porque sabemos que dependemos da vitalidade da natureza para nos mantermos vivos, afinal, somos parte da natureza. Ao comportar-nos como déspotas, nos distanciamos de qualquer agir sustentável, tornando mais grave o risco da extinção humana. Isso quer dizer que nem a crença num comando divino, nem a capacidade de raciocínio analítico pode conferir o direito de dominação dos demais seres aos humanos.

1.1.3. Individualismo Exacerbado e a Dinâmica de Competição

A disseminação paulatina dos ideais iluministas de valorização da razão e da liberdade acabou por propagar os novos ideais filosóficos liberais centrados no indivíduo. O individualismo – somado à liberdade e à filosofia histórica – teve papel fundamental no projeto de emancipação humana conduzido pelo Iluminismo do século XVIII¹⁷. Na Modernidade o problema do conhecimento sob o ponto de vista individual, fragmentário tornou-se a ordem do dia nas discussões epistemológicas.

Tanto em Descartes, como nos empiristas (Hume, Locke, Berkeley), como em Kant, o problema do conhecimento é examinado como algo que diz respeito, não ao intercâmbio entre

17 BACHUR, João Paulo. Individualismo, liberalismo e filosofia da história. **Lua Nova**, São Paulo, n. 66, p. 167-203, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000100008&lng=en&nrm=iso. Consultado em 6 de outubro de 2017

homens, mas ao que é vivenciado por cada indivíduo particular¹⁸. Esse discurso individualista – e libertário – não foi só o alicerce de transformações políticas – transição do Estado absolutista para o Estado liberal - mas também legitimou uma dada ordem econômica.

Nesse caldeirão revolucionário-liberal-burguês, conceitos como meritocracia, livre iniciativa e concorrência fizeram com que uma dinâmica de competição interpessoal se instaurasse em prol da eficiência e da otimização do processo produtivo. De lá pra cá, tanto o individualismo, quanto a dinâmica de competição tem se intensificado enquanto fenômenos sociais.

1.1.4. Primazia do capital material sobre o capital humano

Nada pode explicar tão bem a primazia do capital material sobre o capital humano quanto à existência da escravidão desde os tempos remotos da antiguidade até os dias de hoje. Se a liberdade é um dos valores mais emblemáticos do liberalismo, como podem existir hoje mais pessoas em situação de escravidão do que em qualquer outro momento da história? A resposta é triste e curta: a escravidão moderna existe de maneira tão recorrente pelo fato de ser altamente rentável. Trata-se de um grande negócio. Em 2014, a Organização Internacional do Trabalho publicou um estudo¹⁹ revelando que a escravidão moderna gera mais de 150 bilhões de dólares em lucros todos os anos, o que era o equivalente à soma dos lucros das quatro empresas mais rentáveis do mundo na época.

Portanto, por mais que a escravidão seja ilegal ao redor do mundo estima-se que existam, hoje, 40,3 milhões de pessoas que vivem em regime de escravidão, segundo dados do *Global Slavery Index*²⁰.

¹⁸ TOURINHO, Emmanuel Zagury. Individualismo, behaviorismo e história. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.1-9, ago. 1993. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200002&lng=pt&nrm=iso. Consultado em 6 de outubro de 2017.

¹⁹ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Profits and poverty: the economics of forced labour. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_243391.pdf. Acesso em: 09 out. 2017.

²⁰ Desse mais de 40 milhões de pessoas em regime de escravidão, 71% são mulheres e 29% são homens; uma em cada quatro pessoas em regime de escravidão é criança. ALLIANCE 87. **Modern slavery**. Disponível em: <https://www.alliance87.org/2017ge/modernslavery#!section=10>. Acesso em: 13 nov. 2017.

1.2. A Falácia do Crescimento Material Ilimitado

O sistema capitalista, desde sua fase mercantil, passando pela fase industrial e se desenrolando até a versão financeira, apoiou-se na falácia do crescimento material ilimitado. Reinventando-se ao longo dos séculos, —adequando-se nos períodos de crises sistêmicas, esse sistema econômico proporcionou inúmeras mudanças não só na economia, mas também no meio ambiente e na sociedade.

Zygmunt Bauman, ao criticar a maneira como nos comportamos socialmente, desenvolveu uma teoria sobre a nova modernidade: a do processo de liquefação da sociedade contemporânea. Ele explica que a liquefação se deu na tentativa de construção de uma nova ordem verdadeiramente sólida²¹. Com o —derretimento dos sólidos da velha ordem, a economia acabou se libertando de suas tradicionais amarras políticas, éticas e culturais — sedimentando uma nova ordem (a econômica) mais sólida que as anteriores. Essa solidez advém do fato de tal ordem ser supostamente imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica.

Uma vez criada a nova ordem econômica, aconteceu a supressão radical de tudo que era suspeito de cercear a liberdade individual de escolher e agir. Sendo a rigidez da nova ordem produto de um processo de desregulamentação, de liberalização, de flexibilização, do descontrole dos mercados financeiros e das técnicas de —velocidade, fuga e passividade, segundo Bauman, técnicas que permitem que o sistema e os agentes se mantenham radicalmente desengajados e que se desencontrem em vez de encontrar-se.

Nesse sentido, a liberdade ideologicamente construída foi, então, concedida aos indivíduos, que passaram a ser —livres para se adaptarem ao novo modelo ou para serem

21 —Para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores. —Derreter os sólidos significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações —irrelevantes que impediam a via do cálculo racional dos efeitos; como dizia Max Weber, libertar a empresa de negócios dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama das obrigações éticas; ou, como preferiria Thomas Carlyle, dentre os vários laços subjacentes às responsabilidades humanas mútuas, deixar restar somente o —nexo dinheiro. Por isso mesmo, essa forma de —derreter os sólidos deixava toda a complexa rede de relações sociais no ar — nua, desprotegida, desarmada e exposta, impotente para resistir às regras de ação e aos critérios de racionalidade inspirados pelos negócios, quanto mais para competir efetivamente com eles. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 10 p.

repreendidos, criticados, censurados e marginalizados caso não conseguissem se encaixar na dinâmica arquitetada. Nesse modelo individualizado e privatizado da modernidade, a —o peso da trama e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos.

Nem se quer a ação política atua no sentido de construir uma sociedade melhor, uma vez que a as forças que poderiam ter mantido a questão do sistema na agenda política foram —dissolvidas. Nesse contexto, mesmo observando que a sistemática vigente é retroalimentada por uma cultura de insaciabilidade²² baseada no consumo, seguimos, fazendo parte desse mecanismo rígido e impiedoso, em que o sucesso do esforço é tudo menos inevitável e a liberdade de escolha é quase inexistente²³.

Diante das considerações acima, passaremos a analisar alguns desdobramentos-chave do modelo econômico capitalista relativos à transformação nos âmbitos da cultura, do meio-ambiente e da sociedade – a cultura do hiperconsumismo e da obsolescência (i), a perda de capital vital (ii) e a acentuação da desigualdade social (iii).

1.2.1. Insaciabilidade: Hiperconsumismo e Obsolescência

Embora nos dias de hoje o impulso consumista possa parecer natural na nossa sociedade, ele é mais uma faceta da velocidade dos meios de produção e do mercado. Esse fato pode se desdobrar em duas constatações importantes: nem sempre fomos assim (i) e podemos teoricamente deixar de ser comandados por esse impulso (ii). O consumo é sim natural da espécie humana – como é natural de qualquer ser vivo. Assim como uma vaca necessita de uma boa quantidade de gramíneas, para saciar sua fome, e de alguns litros de água, para saciar sua sede, precisamos nos alimentar para mantermos nos vivos. Da mesma forma que os pássaros necessitam de substratos para construir seus ninhos e manterem-se protegidos dos predadores, precisamos de certos materiais para erguer certas construções

²² Insaciabilidade no sentido contrário ao de sustentabilidade

²³ “A ordem das coisas como um todo não está aberta a opções; está longe de ser claro quais poderiam ser essas opções, e ainda menos claro como uma opção ostensivamente viável poderia ser real no caso pouco provável de a vida social ser capaz de concebê-la e gestá-la. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 11 p.

essenciais à comunidade humana. O consumo é, então, inevitável para a manutenção da vida. O consumismo, por sua vez, não o é.

Embora seja anacrônico falar de consumismo na Idade Média, as —raízes históricas que permitiram com que ele fosse implementado posteriormente podem ter surgido nesse período. Para Lynn White, a substituição do arado de dois bois pelo arado de oito foi um exemplo marcante na mudança da relação do homem com o solo. O arado de dois bois utilizava uma técnica mais rudimentar, menos eficiente e mais demorada no preparo do solo para a agricultura, que era realizada de maneira familiar visando a subsistência. Com a introdução do arado de oito bois como técnica de preparo do solo, a agricultura deixou de ocorrer estritamente no núcleo familiar – já que nenhuma família camponesa possuía bois suficientes para arrastar o arado mais eficiente, passando a mobilizar a ação conjunta dos camponeses.

Assim, os campos, que costumavam ser distribuídos em unidades capazes de prover alimentos a uma família, passaram a ser divididos em terras aradas proporcionais à contribuição em bois para o funcionamento do arado mais —moderno. Daí, podemos perceber que a distribuição da terra deixou de ser pautada na necessidade familiar, passando a ser baseada na capacidade da engenhoca arar a terra²⁴.

Se, então, o consumo está condicionado à necessidade, o consumismo estaria relacionado a que? Para Bauman, o consumismo está relacionado ao desejo, sendo a revolução consumista o marco de passagem do consumo – praticada pela sociedade de produtores – para o consumismo – da sociedade de consumidores²⁵. O sociólogo explica que:

24 “In the days of the scratch-plow, fields were distributed generally in units capable of supporting a single family. Subsistence farming was the presupposition. But no peasant owned eight oxen: to use the new and more efficient plow, peasants pooled their oxen to form large plow-teams, originally receiving (it would appear) plowed strips in proportion to their contribution. Thus, distribution of land was based no longer on the needs of a family but, rather, on the capacity of a power machine to till the earth. Man's relation to the soil was profoundly changed.” JR, Lynn WHITE. Historical roots of our ecological crisis. *Science*, [S.L], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, mar. 1967. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203>>. Acesso em: 18 set. 2017.

25 —O —consumismo chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho. BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 41 p.

(A ‘revolução consumista’ ocorreu) —com a passagem do consumo ao ‘consumismo’, quando aquele, como afirma Colin Campbell, tornou-se ‘especialmente importante, se não central’ para a vida da maioria das pessoas, ‘o verdadeiro propósito da existência’. E quando —nossa capacidade de ‘querer’, ‘desejar’, ‘ansiar por’ e particularmente de experimentar tais emoções repetidas vezes de fato passou a sustentar a economia do convívio humano.‖²⁶

Ou seja, o desejo passou a sustentar a economia, substituindo a necessidade pela vontade. Esses desejos, que comandam a sociedade do consumo, obrigatoriamente devem levar a não satisfação do consumidor para que sempre haja uma demanda de consumo, mantendo a economia continuamente alimentada. De maneira que a frustração dos desejos se revelou combustível fundamental e indispensável para a manutenção de uma economia aquecida. Nesse diapasão, —a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não-satisfação de seus membros‖²⁷.

Outro fator que deve ser levado a apreciação é o excesso de informação²⁸ que acarreta a incapacidade de assimilação por parte de seus membros. Isto é, a quantidade de informação adquirida pela sociedade é inversamente proporcional ao poder de assimilação de seus membros. A economia consumista é, por tanto, a —*economia do engano*‖, pois —aposta na *irracionalidade* dos consumidores, e não em suas estimativas sóbrias e bem informadas; estimula *emoções consumistas* e não cultiva a *razão*‖²⁹.

O indivíduo dessa sociedade entorpecido por intensos fluxos de informações deve ser, precisar ser um consumidor por vocação, pois é necessário que, através do consumo, ele mostre sua adequação social e obtenha reconhecimento perante outros membros. O medo da inadequação é constante e os mercados de consumo vorazmente se aproveitam disso para vender seus produtos, buscando, sobretudo, alcançar a posição de quem —dita modal ou lança tendência.

Victor Lebow já em 1955, nos Estados Unidos da América, já sintetizou a dinâmica que viria a ser implementada no planeta como um todo: —A nossa enorme economia produtiva

26Ibid, 39 p.

27Ibid, 64 p.

28.—Como calculou Ignácio Ramonet, nos últimos 30 anos se produziu mais informação no mundo do que nos 5 mil anos anteriores: ‘Um único exemplar da edição dominical do New York Times contém mais informação do que a que seria consumida por uma pessoa culta do século XVIII durante toda a vida.’‖ Ibid. 54 p.

29Ibid. 65 p.

exige que façamos do consumo nossa forma de vida, que tornemos a compra e o uso de bens em rituais, que procuremos a nossa satisfação espiritual, nossa satisfação do ego no consumo³⁰. De acordo com o economista, noções como valor, status, aceitação e prestígio passariam a estar condicionadas ao consumo. A sociedade teria que se expressar por meio do consumo (como se veste, qual carro dirige, quais restaurantes frequenta, qual hobby pratica).³¹

No sentido de fomentar o desejo e de manter altos níveis de consumo, criou-se o fenômeno da obsolescência. Trata-se de uma estratégia altamente insustentável e amplamente utilizada pela indústria que propositadamente limita ou reduz a vida útil de um produto (mecanismo, objeto ou equipamento) fazendo-o parecer obsoleto, antigo, ultrapassado à medida que outros produtos superiores ou novos são introduzidos no mercado, tornando-se os novos objetos de desejo.

A obsolescência pode ser programada ou perceptiva. A obsolescência programada se dá quando um produto é fabricado para ter uma vida útil reduzida. É o caso da grande família dos descartáveis. Usa-se, então, o produto uma ou duas vezes e ele perde sua utilidade, sendo *encaminhado para o lixo*. Esse fenômeno ainda pode ser identificado no caso de produtos que teoricamente teriam que ser ao menos semi-duráveis, mas que são feitos com qualidade reduzida para durarem um curto período de tempo e vendidos a baixos preços para, quando estragarem, *irem para o lixo*, pois o preço tão baixo torna o conserto do produto economicamente inviável, fazendo com que o consumidor opte por uma nova compra. Para que isso desse certo chegou a ser até estudado o tempo ideal para que o produto apresentasse avarias sem que a confiança do cliente para com a marca fosse abalada.

30 Tradução livre. No original: —Our enormously productive economy demands that we make consumption our way of life, that we convert the buying and use of goods into rituals, that we seek our spiritual satisfactions, our ego satisfactions, in consumption. LEBOW, Victor. Price competition in 1955. **Journal of Retailing**. Spring 1955. Disponível em: <<http://www.gcafh.org/edlab/Lebow.pdf>>. Consultado em 10 de outubro de 2017.

31—The measure of social status, of social acceptance, of prestige, is now to be found in our consumptive patterns. The very meaning and significance of our lives today expressed in consumptive terms. The greater the pressures upon the individual to conform to safe and accepted social standards, the more does he tend to express his aspirations and his individuality in terms of what he wears, drives, eats—his home, his car, his pattern of food serving, his hobbies. These commodities and services must be offered to the consumer with a special urgency. We require not only —forced draft consumption, but —expensive consumption as well. We need things consumed, burned up, worn out, replaced, and discarded at an ever increasing pace. LEBOW, Victor. Price competition in 1955. **Journal of Retailing**. Spring 1955. Disponível em: <<http://www.gcafh.org/edlab/Lebow.pdf>>. Consultado em 10 de outubro de 2017.

Já a obsolescência perceptiva é uma técnica capaz de fazer o consumidor acreditar que a vida útil de determinado produto chegou ao fim, mesmo que o tal funcione perfeitamente ou de maneira idêntica ao momento da compra. Assim, a obsolescência perceptiva *nos convence a jogar fora* itens completamente úteis. Entorpecidos pelo vício do consumo, buscando aceitação ou destaque na sociedade, procuramos ter sempre os objetos —da moda— marcas de automóveis lançam novas versões dos seus modelos todo ano, marcas de eletrodomésticos mudam o design de seus aparelhos periodicamente, a indústria fashion deixou de conceber a ideia de quatro estações por ano, criando um conceito de mais de vinte —mini-estações—, —lançando— novos produtos quase que quinzenalmente.

Se o consumismo normalizou e —normatizou— o descarte de produtos obsoletos, assim como a compra de outros novos, como essa situação pode se sustentar em um planeta de recursos finitos? Se tantos produtos são descartados, quer dizer que eles acabam no lixo? Esses questionamentos nos levam a refletir sobre os desdobramentos dessa cultura consumista para o meio-ambiente em que habitamos — a também para nós mesmos enquanto seres humanos, vez que pertencemos a esse meio ambiente, à natureza.

1.2.2. Perda de Capital Vital

Para produzirmos essa enorme quantidade de bens de consumo precisamos de matéria-prima — que nada mais é que recursos naturais. Precisamos de energia para que o processo industrial possa acontecer. Além disso, não podemos deixar de considerar a enorme população humana que neste planeta habita. Esse enorme contingente de pessoas, além de consumir produtos como automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, artigos de vestuário, por óbvio também precisa se nutrir. Logicamente, nessa sistemática houve um enorme espaço para que o setor de alimentos também se tornasse uma indústria. Na verdade, não se trata de uma indústria qualquer, mas uma das mais danosas e perversas do ponto de vista ambiental, social e ético.

Pensemos na longa história da agricultura. É certo que historicamente a agricultura foi baseada no modelo de policulturas para subsistência, de base familiar. É também inegável, nos dias de hoje, o seu quase total controle pelas grandes empresas e suas monoculturas. A monocultura por si só, muito antes dos OGMs e da biotecnologia, já foi responsável pelo

processo de extermínio cultural e de marginalização de populações em diversas regiões do planeta – não deixando de lembrar que ela esteve também na raiz do tráfico de escravos da África para as Américas, por exemplo. Depois, com os organismos geneticamente modificados e com o enorme uso de danosos insumos, a agricultura moderna tem se desligado dos sistemas vivos naturais.

Podemos considerar a agricultura, até certo ponto, nada mais que um esquema natural para colher energia solar via fotossíntese. José A. Lutzenberger explica que enquanto todas as formas de agricultura tradicional tem balanço positivo de energia, a agricultura moderna tem balanço negativo de forma a subverter até esse aspecto por ele chamado de fundamental. Ele ensina que:

—Infelizmente, a agricultura moderna obtém sucesso exaurindo o solo e substituindo a fertilidade perdida por nutrientes que vêm de fora. Fertilizantes comerciais, tais como fosfatos, provém de minas que estarão brevemente esgotadas, as minas de potássio são mais abundantes, mas nitrogênio, o mais importante elemento na produtividade da agricultura moderna, embora venha da atmosfera, uma fonte virtualmente inesgotável e para lá acaba voltando, é obtido pela síntese de amoníaco Haber-Bosch, um processo que consome enormes quantidades de energia, principalmente energia de combustíveis fósseis. Mesmo quando é energia proveniente de hidroelétricas, trata-se de eletricidade que poderia estar economizando combustíveis fósseis em outro lugar. Todos os outros insumos, tais como os agrotóxicos e a cada vez mais pesada maquinaria, são também grandes consumidores de energia.³²

Outro absurdo dos dias atuais, talvez o mais grave de todos do ponto de vista socioambiental, é a indústria da pecuária. Compreendendo também a maior parte do setor agrícola, que serve de ração para os animais, ela é responsável em grande medida pela insegurança alimentar no mundo, pelo agravamento da poluição e do efeito estufa – sendo sua participação nesse fenômeno superior a do setor de transportes no mundo inteiro, pela escassez hídrica – sendo responsável pelo uso de 8% de todo uso humano de água, pela extinção de espécies (devido à perda de seu habitat natural), entre outras barbaridades como a tratamento cruel que é dado aos animais.

Como basicamente tudo virou uma indústria e o estilo de vida da população foi moldado para demandar e consumir, temos como resultado um gravíssimo desdobramento natural – a perda de capital vital do planeta. É evidente que essa realidade criada não é nada

³² LUTZENBERGER, José A. Os absurdos da agricultura moderna. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/plan-disc/lutzenberger.htm>>. Acesso em: 1 nov 2017.

sustentável, tendo em vista todas as alterações provocadas por ações antrópicas. Como já mencionado previamente, temos índices de extinções de espécies compatíveis a uma sexta extinção em massa ³³. Como a palavra muitas vezes, nesse tempo de bombardeio de informações e de dificuldade de assimilação, não é suficiente para gerar convencimento, vamos aos números: foi constatado um declínio geral de 58% na abundância da população de vertebrados (mamíferos, aves, peixes, anfíbios, répteis) de 1970 até o ano de 2012³⁴. Isso quer dizer que em pouco mais de 40 anos conseguimos reduzir o número desses animais a menos da metade.

Precisamos entender que o planeta Terra não é um baú inesgotável de recursos passíveis de serem consumidos pelo homem para satisfazer seus desejos. A Terra é muito mais que isso. Ela abriga a biosfera, que é conjunto de todos os ecossistemas do planeta – que ocupam a litosfera, atmosfera e hidrosfera - sendo o maior nível de organização ecológica. Melhor dizendo, a Biosfera é o agrupamento de todos os elementos naturais que favorecem e dão condições para a *manutenção da vida no planeta*. A sua integridade desempenha um papel crítico do estado do planeta. Mantendo a Biosfera íntegra, regulamos os fluxos de energia e materiais. ³⁵

Acontece que a Biosfera vem perdendo sua integridade. Um grupo de cientistas liderado por Johan Rockström do Stockholm Resilience Centre e Will Steffen da Universidade Nacional da Austrália criou o conceito de —fronteiras planetárias‖ como forma de analisar o risco da interferência humana para o sistema planeta Terra. As fronteiras

33 “Los paleontólogos definen las extinciones masivas como crisis biológicas o bióticas caracterizadas por la desaparición de un vasto número de especies en un periodo de tiempo geológico relativamente breve. En los últimos 540 millones de años aproximadamente, solo se han producido cinco extinciones masivas (Barnosky et al., 2011; Jablonski, 1994; Raup y Sepkoski, 1982). Las investigaciones recientes indican que es probable que la tasa de extinción actual sea de entre 100 y 1.000 extinciones por cada 10.000 especies, en un periodo de 100 años, lo que excede con creces la tasa de extinción a largo plazo (excluyendo los episodios de crisis en la historia de la Tierra) —la tasa de extinción de fondo— (Ceballos et al., 2015; Steffen et al., 2015a). Esto sugiere que estamos al borde de la sexta extinción masiva.‖ WWF. **Informe planeta vivo 2016**. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/informe_planeta_vivo_2016.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

34 —El IPV global se basa en información científica proveniente del monitoreo de 14.152 poblaciones de 3.706 especies de vertebrados de todo el mundo, entre las que hay mamíferos, aves, peces, anfíbios y reptiles. El IPV muestra que, entre 1970 y 2012, la abundancia poblacional de vertebrados sufrió una disminución global del 58%.‖ Ibid. 18p.

35 “La integridad de la biósfera es decisiva para determinar el estado del sistema de la Tierra, puesto que regula sus flujos de materia y energía y sus respuestas a los cambios abruptos y graduales (Mace et al., 2014). Lenton y Williams (2013) describen la biósfera como el conjunto de todos los ecosistemas de la Tierra – terrestres, de agua dulce y marinos– y sus organismos vivos‖. Ibid. 60 p.

planetárias são compostas por nove alterações produzidas pelo homem, compondo nove subsistemas – integridade da biosfera ou a destruição dos ecossistemas e da biodiversidade (i); mudanças climáticas (ii); acidificação dos oceanos (iii); mudanças no sistema terrestre (iv); uso insustentável da água doce (v); perturbações nos fluxos biogeoquímicos (insumos de nitrogênio e fósforo na biosfera) (vi); alteração dos aerossóis atmosféricos (vii); poluição por novas substâncias (viii); esgotamento do ozônio estratosférico (ix). As observações atuais indicam que a humanidade já se encarregou de extrapolar pelo menos quatro desses sistemas para além dos limites de operação segura³⁶, aumentando aceleradamente os riscos da nossa interferência na *biota*.

Os subsistemas integridade da biosfera (i), mudanças climáticas (ii), acidificação dos oceanos (iii) e mudanças no sistema terrestre (iv) são os quatro subsistemas operados em zona de altíssimo risco³⁷. As mudanças climáticas, que muitas vezes irresponsavelmente são vistas com ceticismo, são reais. A emissão de diversos gases relacionados ao efeito estufa, seja em razão do crescimento econômico ou populacional, aumentou desde a era industrial e alcança, hoje, concentrações atmosféricas altíssimas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. Os efeitos da presença desses gases, somados a outros fatores antropogênicos, são muito provavelmente a maior causa do aquecimento global (observado desde meados do século XX).

Uma vez presentes tais gases na atmosfera, parte deles acaba sendo dissolvida nos oceanos, lagos e rios, ocasionando a acidificação desses ambientes que, por sua vez, dificulta a sobrevivência e o crescimento de diversos organismos – relacionando se à redução da biodiversidade marinha e aquática, ou seja, à integridade da biosfera. Dessa sequencia narrativa faz se importante notar a interligação dos subsistemas. Isso quer dizer que a transposição de um único subsistema é capaz de desencadear mudanças em todo o sistema da Terra.

As mudanças no sistema terrestre podem ser analisadas mais a fundo, tendo em vista que os seres humanos ocupam naturalmente esse ambiente, sendo essa também a causa para

³⁶ WWF. **Informe planeta vivo 2016**. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/informe_planeta_vivo_2016.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017. 61 p.

³⁷ Alguns estudos indicam que o subsistema —uso insustentável da água doce— também já esteja além do limite das fronteiras planetárias.

que alterações muito significativas ocorressem nesse subsistema. Ao longo do nosso processo civilizatório florestas, campos, mangues e brejos foram – e continuam sendo – transformados em *paisagens destinadas à agropecuária ou urbanizadas*. Dessa forma, a *perda de habitat* tornou-se a principal causa da redução da biodiversidade – não só no sistema terrestre, mas no sistema da Terra como um todo.

A pecuária, a agricultura e a urbanização, além do uso do solo ou espaço terrestre, também geram consequências para o fluxo da água (a lembrar do subsistema do uso insustentável da água doce) e para o ciclo biogeoquímico de carbono, nitrogênio e fósforo. O uso indiscriminado de agrotóxicos e pesticidas, bem como a emissão de substâncias sintéticas tóxicas e de longa vida agrava a situação do planeta. A absorção e o acúmulo biológico desses compostos, quando não são letais, podem gerar efeitos irreversíveis sobre os seres vivos e o meio ambiente. Outro assunto bastante relevante, polêmico e de proporções ainda imensuráveis é modificação genética dos cultivos agrícolas. Levando em consideração qualquer dos dois casos citados, é simples notar a o padrão de ação pautado no risco e na irresponsabilidade.

Assim sendo, passaremos a analisar o uso e distribuição das terras disponíveis no planeta³⁸. Aproximadamente 29% do total de terra disponível no mundo correspondem à área estéril (19%) e as geleiras (10%), o que significa que os outros 69% representam a superfície habitável do planeta. Desses 69% de superfície, praticamente metade da área (34%) corresponde a terras ocupadas pela agropecuária – dividida entre pastos (23%) e plantações (10%). A outra —metade da superfície habitável do planeta é preenchida por florestas (26%), arbustos (8%), infraestrutura (1%) e água doce (1%).

Sim, a agropecuária ocupou metade das terras habitáveis do nosso planeta e, em parceria com a exploração predatória e ilegal de madeira – desmatamento florestal, segue um processo de expansão. De Agosto de 2015 a Julho de 2016 quase 8.000 quilometro quadrados de floresta amazônica brasileira vieram a baixo, o que equivaleria à derrubada de 128 campos

³⁸ Para tal análise levaremos em consideração os dados trazidos pelo WWF. **Informe planeta vivo 2016**. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/informe_planeta_vivo_2016.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017. 95 p.

de futebol de floresta por hora³⁹. Ou seja, as florestas e arbustos seguem sendo destruídos para que a área de produção agropecuária aumente.

A expansão da fronteira agropecuária⁴⁰ é geralmente relacionada ao grande crescimento da população humana no atual período histórico em que vivemos. Um maior contingente populacional humano demanda maior disponibilidade de alimentos, afinal uma maior área de cultivo agropecuário tecnológico e de alta produtividade deve se traduzir no acesso de alimentos a populações que outrora sofriam a fome e a inanição. Embora tal raciocínio faça sentido, além de ter sido uma das bandeiras da chamada —revolução verde, não foi – nem é – bem isso que aconteceu⁴¹.

Seguindo a análise do uso e distribuição das terras disponíveis no planeta, observemos melhor o uso daqueles 34% de *terras destinadas à agropecuária* que, recapitulando, correspondem a aproximadamente *metade da superfície habitável do planeta*. Desses 34%, 23% representam pastos, enquanto as plantações ocupam pouco mais de 10% do total de terra do planeta. De toda área ocupada pela produção agrícola – os 10%, 45% destinam-se ao plantio de alimentos para o consumo humano; 33% destinam-se ao cultivo voltado para a produção de rações para animais; 14% equivalem à área de cultura para a indústria; 5% é a perda de comida em nível industrial; 2% da área de cultivo é voltada a produção de sementes. Sendo assim, podemos, por meio de um simples raciocínio matemático, concluir que de toda área reservada à agropecuária, *apenas 13,23% corresponde à agricultura destinada ao consumo humano, enquanto quase 80% de toda a área de produção agropecuária⁴² é destinada direta ou indiretamente a produção da pecuária* – para a produção de carne, laticínios e outras proteínas de origem animal.

39 Dados do Prodes, sistema do governo que monitora com satélites o desmatamento da Amazônia. Brasil destrói 128 campos de futebol de floresta por hora. REVISTA EXAME. Brasil destrói 128 campos de futebol de floresta por hora. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/brasil-destrói-128-campos-de-futebol-de-floresta-por-hora/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

40 Bem como o aumento da produtividade alavancada pelo uso de pesticidas, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGM).

41—É tempo de acabar com a mentira de que apenas a agricultura promovida pela tecnocracia pode salvar a humanidade da inanição. LUTZENBERGER, José A. Os absurdos da agricultura moderna. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/plan-disc/lutzenberger.htm>>. Acesso em: 1 nov 2017.

42 Buscando maior precisão, 77,3% da área reservada à agropecuária é utilizada pela pecuária direta ou indiretamente. Diretamente, por meio dos pastos, a pecuária ocupa 67,6% da área agropecuária. Os outros 9,7% são ocupados indiretamente pela pecuária, tendo em vista que se trata da área de cultivo agrícola dos alimentos que virão a alimentar os animais.

Então, se a pecuária utiliza aproximadamente 80% das terras destinadas à agropecuária e 40% da superfície habitável do planeta, a proteína animal de base terrestre deve suprir a maior parte das necessidades calóricas e proteicas da população, certo? Errado! Esses produtos animais suprem apenas 17% das calorias e 33% da proteína consumida pelos seres humanos globalmente. Logo, todo o resto – que representa a grande maioria - das calorias e de proteína consumida por todos os seres humanos são produzidas em apenas 13,23% das áreas da agropecuária.

Nesse contexto, destaquemos a situação de insegurança alimentar criada em função do cultivo de animais e da dieta baseada no consumo de proteína animal – ambos considerados insustentáveis. Enquanto 10 pessoas poderiam ser alimentadas por cada hectare de cultivo, apenas 6 pessoas são de fato alimentadas⁴³. O que acontece é que deixamos de alimentar pessoas para alimentar animais, que depois de um processo cruel servirão novamente para alimentar um menor número de pessoas e outros animais. Acontece que para nutrição desses animais, pode ser usado em média cerca de dez vezes mais calorias do que o disponível na carne – significando um desperdício de aproximadamente 90% das calorias provenientes dos cultivos vegetais usados para a alimentação desse animal⁴⁴. Ainda que o impacto da pecuária no planeta como um todo ser imenso, esta, infelizmente, continua sendo um negócio em expansão - embora até a ONU já tenha recomendado a diminuição do consumo de produtos de origem animal em razão de ser altamente prejudicial ao planeta.

Mesmo distribuindo a terra de maneira totalmente descabida, segundo Eva Gladek, —são produzidos alimentos mais do que suficientes para a atual população mundial⁴⁵. Mas se são produzidos alimentos suficientes, porque a fome e a subnutrição ainda persistem nesse planeta? Essa indagação cumpre ser respondida no próximo subitem.

⁴³ SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. Comendo o planeta: impactos ambientais da criação e consumo de animais. Disponível em: <http://www.svb.org.br/livros/comendo_o_planeta.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

⁴⁴ Idem 43.

⁴⁵ WWF. Informe planeta vivo 2016. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/informe_planeta_vivo_2016.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017. 95 p.

1.2.3. Desigualdade Social

É muito provável que a desigualdade tenha se dado como fenômeno social entre os seres humanos há muitos anos em um passado longínquo que remonta os primórdios da humanidade. Isso porque ela é extremamente ligada ao exercício de *poder* seja sobre a terra, sobre os animais, sobre os meios de produção ou até mesmo sobre os próprios homens. Tal fenômeno, no entanto, pode ter se intensificado a partir do momento que a agricultura deixou de ser voltada para a subsistência, passando a existir uma produção excedente. À medida que esse excedente passa a ser apropriado por uma minoria, temos a desigualdade social. Partindo desse ponto, pode ser observado que tal fenômeno se originou quando do domínio do homem sobre a natureza e possibilitou a exploração do homem pelo homem.

Se já existia desigualdade na sociedade pré-capitalista, após a adoção do capitalismo como sistema econômico as desigualdades atingiram patamares inéditos. A partir do momento em que a *exploração* do trabalho humano tornou-se —lucrativo para certo grupo social, o trabalho passou a significar uma relação de poder entre os homens. Para manter tal ordem social e seguir com o processo de acumulação de capital de alguns em detrimento da exploração do trabalho da maioria – processo de intensificação da desigualdade social, foram necessárias intensas articulações entre a economia e a política, moldando o Direito e os Estados no sentido da reprodução dessa lógica social.

De lá pra cá muito parece ter mudado – não necessariamente para melhor, o sistema capitalista passou por diversas fases, nos tornamos a sociedade de consumidores, mas os economistas burgueses continuam transformando as necessidades humanas – como a fome e a pobreza - em abstrações mercadológicas, enquanto o abismo entre os produtores da riqueza e os que se apropriam dela aumenta de maneira abrupta.

- Desde 2015, o 1% mais rico detinha mais riqueza que o resto do planeta.
- Atualmente, oito homens detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo.
- Ao longo dos próximos 20 anos, 500 pessoas passarão mais de US\$ 2,1 trilhões para seus herdeiros – uma soma mais alta que o PIB da Índia, um país que tem 1,2 bilhão de habitantes.
- A renda dos 10% mais pobres aumentou cerca de US\$ 65 por ano entre 1988 e 2011, enquanto a dos 1% mais ricos aumentou 182 vezes.
- Um diretor executivo de qualquer empresa do índice FTSE-100 ganha o mesmo em um ano que 10.000 pessoas que trabalham em fábricas de vestuário em Bangladesh.

- Nos Estados Unidos, uma pesquisa recente realizada pelo economista Thomas Pickety revela que, nos últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres permaneceu inalterada, enquanto a do 1% mais rico aumentou 300%.
- No Vietnã, o homem mais rico do país ganha mais em um dia do que a pessoa mais pobre ganha em dez anos.⁴⁶

Embora os dados atuais sejam alarmantes, muito pouco ou quase nada é feito no sentido de distribuição das riquezas. Mas por que, então, mantemos uma economia para o 1% mais rico da população? Aparentemente, porque esse 1% é extremamente poderoso economicamente. Segundo Noam Chomsky⁴⁷, há um círculo vicioso entre a concentração de poder e a concentração de riqueza. Ele explica que a concentração de riqueza gera a concentração de poder particularmente na medida em que o altíssimo custo das campanhas eleitorais força os partidos políticos a serem controlados por grandes corporações. Esse poder político, uma vez que os partidos ascendem ao poder, logo se estende à legislação e a políticas públicas, o que faz com que aumente a concentração de riqueza. Essa roda é, então, planejada para aumentar a concentração de riqueza e poder, em prejuízo da maioria esmagadora da sociedade. Dessa forma, não importa quais políticos ou partidos sejam eleitos, pois esses sempre governarão em favor dos financiadores da campanha – sistema político que Chomsky chama de *plutocracia*.

Se tal mecanismo é tão escancarado, como esse círculo vicioso da concentração de riqueza e poder permanece em pleno funcionamento? No sentido de responder essa pergunta o referido filósofo e cientista político elabora dez princípios para tal explicação. Esses princípios ou diretrizes, que originalmente foram pensados em um contexto econômico, político e social americano, servem em grande medida para explicar a concentração de poder e riqueza em diversos países do globo. São eles: reduzir a democracia (i); moldar a ideologia (ii); redesenhar a economia (iii); Deslocar o fardo de sustentar a sociedade para os pobres e classe média (iv); Atacar a solidariedade (v); Controlar os reguladores (vi); Controlar as eleições (vii); manter a ralé na linha (viii); Fabricar consensos e criar consumidores (ix); marginalizar a população (x).

⁴⁶ OXFAM. **Uma economia para os 99%**. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-pt.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017. 2 p.

⁴⁷ Noam Chomsky no documentário — **Requiem for the American Dream**, lançado em 2015, apresenta sua visão de como a riqueza e o poder se concentram nas mãos de poucos nos Estados Unidos.

Não é novidade o fato de que os setores privilegiados nunca gostaram de democracia, vez que ela concede o poder ao povo – tirando-o de suas mãos. À medida que o regime democrático tornou-se inevitável formalmente, a aristocracia política tratou de criar métodos para que esse conceito fosse esvaziado, para que materialmente a plutocracia, acima explicada, pudesse florescer.

Nesse mundo —plutocrático, era fundamental que o povo fosse passivo e despolitizado – ou —desengajado nas palavras de Bauman. Se nos Estados Unidos as décadas de 1960 e 1970, por um lado, foram marcadas pelo estouro de diversos movimentos sociais, por meio dos quais parcelas marginalizadas da população (negros, feministas, ambientalistas, pacifistas, gays) lutavam por direitos e voz ativa na política. Por outro, foi constatado que a *educação* dada a seus jovens teria possibilitado tal rebuliço social. Então, começou a ser questionado pela elite política e econômica o papel das escolas, universidades e até mesmo da igreja na maneira como a sociedade age, pensa e se mobiliza, ficando decidido que estas instituições também teriam que cooperar para que o cidadão soubesse o seu lugar na sociedade e não fizesse nada para mudar tal situação. Ou seja, *seria moldada e implementada uma nova ideologia*.

Paralelamente à implementação paulatina de uma nova ideologia, houve o processo de redução da atividade industrial dos países centrais e de —financeirização da economia global. Países centrais como os Estados Unidos ou os países da Europa ocidental deixariam de produzir grande quantidade de bens em seus próprios territórios – com o seus próprios e possivelmente escassos recursos naturais, com a mão de obra de seu povo, poluindo o meio ambiente de sua nação, passando a distribuir seu setor de produção ao redor do globo reduzindo custos, aumentando lucros, poluindo, devastando e —escravizando⁴⁸ preferencialmente fora dos próprios territórios nacionais.

⁴⁸ “Em casos extremos, trabalho forçado ou análogo à escravidão pode ser usado para manter os custos corporativos baixos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 21 milhões de pessoas são trabalhadores forçados que geram cerca de US\$ 150 bilhões em lucros para empresas anualmente.¹⁹ Todas as maiores empresas de vestuário do mundo têm ligação com fábricas de fiação de algodão na Índia que usam trabalho forçado de meninas rotineiramente.²⁰ Os trabalhadores menos remunerados e que trabalham nas condições mais precárias são, predominantemente, mulheres e meninas.²¹ Em todo o mundo, empresas estão implacavelmente empenhadas em reduzir seus custos com mão de obra – e em garantir que os trabalhadores e fornecedores da sua cadeia de abastecimento fiquem com uma fatia cada vez menor do bolo econômico. Essa situação aumenta a desigualdade e suprime a demanda. | OXFAM. **Uma economia para os 99%**. Disponível

À medida que os países centrais gradativamente reduziram suas atividades industriais, foram aumentando suas atividades financeiras de modo que a diferença entre o capital especulativo e o capital produtivo hoje só evidencia a doença – financeirização - de tal sistema econômico: 60 trilhões de dólares estão empenhados em processos produtivos enquanto 600 trilhões circulam como valores mobiliários. *Resedenhando a economia*, que passou de desenvolvimentista para ser neoliberal, o capital adquiriu características de liberdade e fluidez, no tempo em que o trabalho, não.

Desde então, a insegurança no trabalho tornou-se crescente. Uma companhia, visando aumentar sua margem de lucro, pode prontamente deslocar suas fábricas de países centrais – como os EUA, por exemplo - para países periféricos como dos Tigres Asiáticos, onde a hora trabalhada é infinitamente pior remunerada. Os sindicatos americanos, buscando manter a competitividade sobre a produção, se viram forçados a aceitar cortes nos direitos trabalhistas e piores condições de trabalho – contribuindo para a concentração de poder e riqueza. Fazer com que os trabalhadores vivam com medo de perderem seus empregos é indispensável para o funcionamento dessa sistemática. Vimos recentemente um amplo setor da sociedade concordar com a proposta de —modernização, ou melhor, de precarização das condições de trabalho no Brasil. A conversão trágica do PL 6787/2016 em lei evidencia, não só a alienação da sociedade brasileira, mas também a intensificação da tendência da desigualdade social.

Chomsky elenca como quarto princípio da concentração de riqueza e poder nos EUA o *deslocamento do fardo de sustentar a sociedade para os pobres e classe média*. Ele explica que o —american dream foi uma ideologia baseada na meritocracia, criada no pós-guerra, época na qual os impostos sobre altos salários e sobre lucros e dividendos eram elevados o suficiente para distribuir a renda de maneira mais igualitária. No entanto, a tendência neoliberal fez com que os impostos sobre a parcela mais abastada da população diminuíssem de maneira abrupta⁴⁹, enquanto a desregulamentação da economia colaborou mais ainda para

em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-pt.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017. 18 p.

49 —As alíquotas fiscais aplicadas à riqueza e às rendas mais altas continuam a cair em todo o mundo rico. Nos Estados Unidos, a alíquota mais alta do imposto de renda era de 70% até a década de 1980; atualmente, ela não passa de 40%.⁴³ Nos países em desenvolvimento, a tributação aplicada aos ricos é ainda mais baixa: pesquisas realizadas pela Oxfam revelam que a alíquota máxima média é de 30% sobre a renda e que, na maioria dos casos, ela nunca é efetivamente aplicada. OXFAM. **Uma economia para os 99%**. Disponível em:

esse fenômeno. Não deixemos de citar que um método muito utilizado pela elite socioeconômica é a sonegação de impostos. Mais chocante ainda são as isenções fiscais⁵⁰ e perdão de dívidas públicas para os mais ricos – o que remonta o período pré-revolução francesa, em que a alta corte e a nobre aristocracia eram isentos dos impostos, enquanto a sociedade era sustentada pelas classes média e baixa (na época compostas, respectivamente, pela burguesia e pelos camponeses).

Hoje a aristocracia é formada por super-ricos e o pagamento da menor fração de suas riquezas em impostos é a estratégia padrão⁵¹. Esse padrão cria uma curiosa competição entre alguns países que, buscando atrair esses super-ricos, vendem sua soberania, transformando-se em paraísos fiscais. A amplitude e magnitude de tal fenômeno restaram ilustradas pelo escândalo dos —Panama Papers‖. Segundo dados da OXFAM, só a África deixa de arrecadar, todos os anos, 14 bilhões de dólares americanos em receitas fiscais em decorrência do uso de paraísos fiscais por parte dos super-ricos, valor que seria suficiente para prestar assistência de saúde que poderia salvar a vida de 4 milhões de crianças e empregar um número suficiente de professores para colocar todas as crianças africanas na escola.

A aristocracia contemporânea, além de conseguir ser taxada em uma baixa carga tributária, vem conseguindo incutir no imaginário social o rechaço à solidariedade. Para que plutocracia funcione, deve ser *afastada* qualquer capacidade de sentimento de empatia e *solidariedade* – as pessoas devem se preocupar unicamente consigo mesmas. Nos EUA, o ataque à solidariedade fez a classe média se opor ao *Obamacare*. Já em terras tupiniquins vemos a classe média se opor ao Bolsa-família. Curioso mesmo é observar que a solidariedade para com o topo da pirâmide social sempre funciona. A crise americana de 2008 é o maior exemplo disso, vez que o governo – buscando salvar essa economia do 1%, se viu —obrigado‖ a adotar megapacotes bilionários de socorro – dinheiro público obviamente - a bancos e seguradoras – ironicamente as mesmas instituições que trouxeram a situação ao colapso.

<https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-pt.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017. 6 p.

50—O Quênia perde US\$ 1,1 bilhão por ano em isenções fiscais para empresas: valor quase duas vezes mais alto que o do seu orçamento para a saúde – em um país no qual a probabilidade de mulheres morrerem no parto é de uma em 40,25‖ Ibid. 4 p.

51 Há relatos de que a Apple pagou apenas 0,005% de imposto sobre seus lucros na Europa em 2014.

Para proteger o *status quo* e retroalimentar a roda de poder e riqueza, é indispensável exercer poder sobre quem elabora as regras do jogo. E dessa maneira, *controlar as eleições* – como já explicado anteriormente - bem como *as agências reguladoras*. Assim, todos os interesses da plutocracia são contemplados, evitando a todo custo que a riqueza se escorra para a base da pirâmide social. Isso, porém não valeria de nada se essa base se rebelasse contra toda a sistemática aqui explicitada.

Então, faz-se de extrema importância *manter a ralé na linha*. Se os sindicatos foram criados para proteger os interesses dos trabalhadores frente aos abusos sindicalistas, estimular um sentimento de ranço pela população em relação a essas instituições parece ser uma boa estratégia da plutocracia. Nos EUA, a força das organizações sindicais vem só decrescendo. Enquanto nos anos dourados das décadas de 1950 e 1960 um terço dos trabalhadores eram sindicalizados, atualmente apenas um décimo dos trabalhadores encontra-se nessa situação. Outra tática já em andamento ao redor do globo é a regulamentação da terceirização do trabalho que tende a abarcar todas as áreas e profissões possíveis. O Brasil, nesse quesito, também não quis ficar de fora, tratando de providenciar a aprovação do projeto de lei que versa sobre o assunto, promulgando a Lei n. 13.429.

Com a implementação da ordem plutocrática em andamento por meio da implantação de todas as medidas explicadas até aqui, a plutocracia não teria se garantido —estável se não pela *fabricação de consensos e de consumidores*. Interessante é observar que a técnica de fabricação de consensos por meio da mídia surge exatamente nos países mais livres do mundo. Se a assimilação de valores como a democracia e a liberdade é considerada um caminho sem volta, não seria mais possível o controle da sociedade pela força. A nova forma de controle social seria então exercida pela lógica do consumismo.

Nesse contexto, vimos o *boom* do setor de publicidade e marketing que foi responsável por transformar cidadãos ou eleitores em meros consumidores, vez que a plutocracia precisa de espectadores e não de participantes. Apostar na irracionalidade e na desinformação das pessoas é o que a mídia e a publicidade fizeram e continuam fazendo para manter a população sob controle – seja nas redes sociais, na televisão, em revistas ou jornais. Enganado está quem pensa que o fenômeno da fabricação de consensos e de consumidores acontece apenas nos

espaços destinados especialmente para propagandas. Difícil, atualmente, é saber onde esse fenômeno não se dá.

O último princípio descrito por Chomsky, mas não menos importante que os demais, é a marginalização da população. Sem meios para influenciar a política nacional, a maior parcela da sociedade se vê excluída. Tamanha impotência diante dessa sistemática arditamente planejada se desdobra em frustração e ódio contra o governo e as instituições. Essa sociedade tem sim poder de se mobilizar e ir às ruas, mas age de maneira quase que autodestrutiva – sem bandeiras definidas, acaba assimilando os discursos da elite. Se tal estratégia ainda não restou clara, relembremos as manifestações de 2013 - que levaram multidões às ruas das mais diversas cidades no Brasil inteiro - e observemos o esdrúxulo cenário político no Brasil atual.

Uma vez escancarado o *modus operandi* do círculo vicioso da acumulação de riqueza e poder, podemos concluir que os super-ricos não apenas se beneficiam passivamente da concentração de riqueza, mas que operam ativamente no processo de agravamento da desigualdade social. Ascender da base da pirâmide social é realmente um desafio quando todas as regras são feitas para que os muito ricos se tornem ainda mais ricos.

Se que o capitalismo como conhecemos hoje foi construído nos EUA no pós-guerra e disseminado fortemente mundo a fora durante a guerra fria, o —*american dream* ou o —*american way of life* foram conceitos propulsores da expansão desse sistema econômico. Tais conceitos tem como princípio basilar o discurso de meritocracia, discurso esse ainda repetido à exaustão. Se a meritocracia um dia já existiu, nos EUA ela morre lentamente desde a implantação do neoliberalismo e da plutocracia. Como falar em meritocracia onde a dívida de empréstimos estudantis alcança o patamar de 1,3 trilhões de dólares? Como falar em meritocracia sabendo dos dez princípios da acumulação de poder e riqueza?

O fato é que nenhuma sociedade pode conviver com esse tipo de desigualdade crescente. Não resta dúvida sobre a *insustentabilidade* dessa sistemática, tanto do ponto de vista econômico, quanto das perspectivas ambiental, ética, política e social. Tanto

desenvolvimento quantitativo e sem qualidade nos trouxe a esta triste realidade da qual não devemos nos orgulhar e a um futuro do qual tememos. A exploração, que se iniciou contra o meio-ambiente, hoje acontece também entre os homens – isso porque não há um e outro, mas apenas a natureza. Se a História nos mostra que períodos nos quais a riqueza se acumula a níveis como temos hoje costumam ser precedidos por períodos revolucionários, que essa revolução seja norteadada pelo princípio da sustentabilidade – assunto que será tratado pelo próximo capítulo.

1.3. PIB: um indicador ineficaz

O PIB (Produto interno bruto), calculado a partir da soma do conjunto de bens e serviços produzidos em um país durante um específico intervalo de tempo, é, sem dúvidas, um dos principais valores que regem a atual economia mundial. Introduzido após a Segunda Guerra Mundial, ele passou a ser o principal indicador de desenvolvimento. Apesar do PIB ser a mais respeitada ferramenta de cálculo formal das economias mundiais até os dias de hoje, ele é um indicador intimamente atrelado ao modelo desenvolvimentista da insaciabilidade, do consumismo exacerbado, dos danos ambientais, da sociedade de risco, ou seja, do crescimento quantitativo com o fim em si próprio. Nesse sentido, ele mostra-se ineficaz para a medição e incentivo do desenvolvimento que importa, do desenvolvimento capaz de prover o bem-estar de maneira universal, além do antropocentrismo estrito.

As críticas quanto ao uso do PIB e a persecução do seu crescimento como objetivo supremo das nações tem seu fundamento na incapacidade de tal indicador auferir de maneira satisfatória a qualidade do desenvolvimento em questão. Até mesmo um dos criadores do referido índice, Simon Kuznets, esforçou-se para enfatizar as limitações do cálculo do produto interno bruto, tendo em vista que seu propósito original era ser um índice de atividade econômica, e não de bem-estar econômico.

Nas palavras do economista:

—The valuable capacity of the human mind to simplify a complex situation in a compact characterization becomes dangerous when not controlled in terms of

definitely stated criteria. With quantitative measurements especially, the definiteness of the result suggests, often misleadingly, a precision and simplicity in the outlines of the object measured. Measurements of national income are subject to this type of illusion and resulting abuse, especially since they deal with matters that are the center of conflict of opposing social groups where the effectiveness of an argument is often contingent upon oversimplification (Kuznets 1934, 5–6).⁵²

Isso porque são excluídas do cálculo todas as atividades não monetizadas que tem um alto valor social, como o serviço das donas de casa, trabalhos voluntários e de caridade. Outros pontos de alta relevância, citados por Simon Kuznets, que não são levados em consideração para tal cálculo são o nível de esgotamento de recursos naturais de cada país e a renda proveniente do mercado ilegal⁵³.

Dessa forma, o PIB ignora as mudanças ambientais e sociais, que são fundamentais para a manutenção da existência humana e para o seu bem-estar. Ao cálculo pouco importa se seu crescimento baseou-se na extração e comercialização de combustíveis fósseis ou em um investimento em energia renovável; se a renda foi distribuída perante a sociedade de maneira mais igualitária ou não; se tal desenvolvimento é fruto de investimento público para financiar o sistema de saúde e educação ou para estimular a indústria bélica ou a pecuária. Assim, o cálculo do produto interno bruto é tão falho como indicador de qualidade de vida, que comumente incentiva a prática de atividades completamente contrárias ao bem-estar social (levando em conta a consagrada questão da —rentabilidade eivada do mau hábito da pressa em obter crescimentos numéricos sem maior pretensão de entender o que eles realmente significam fora desse ambiente isolado e artificial ao qual dão o nome de Economia).

52 COSTANZA, R. et al. Beyond GDP: The Need for New Measures of Progress. **THE PARDEE PAPERS**, Boston University, n. 4, p. 8, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.bu.edu/pardee/files/documents/PP-004-GDP.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

53—In presenting the GDP to Congress in 1934, Simon Kuznets discussed its uses and limits. After presenting an itemized list of the things measured by the GDP, Kuznets noted, ‘The boundaries of a ‘nation’ in ‘national’ income are still to be defined; and a number of other services, in addition to those listed above, might also be considered a proper part of the national economy’s end-product.’ He went on to list ‘services of housewives and other members of the family’, ‘relief and charity’, ‘services of owned durable goods’, ‘earnings from odd jobs’, and ‘earnings from illegal pursuits’ among others (Kuznets 1934, 3–5). Ibid. 7 p.

Fazendo o uso da própria terminologia econômica, a medição do crescimento econômico de maneira meramente quantitativa, ignorando o nível de esgotamento dos recursos naturais é uma bolha prestes a estourar. Já é um consenso que a estimação do PIB estimula a dilapidação da natureza com velocidade infinitamente superior a sua capacidade natural de reconstituição ou de reparação dos danos causados pelo homem. Degradando ecossistemas ao redor do globo, a humanidade acaba reduzindo serviços que até então eram fornecidos de maneira gratuita. Ilustrativamente, imaginemos uma floresta tropical de extrema biodiversidade. Ela gratuitamente fornece habitat para diversas espécies e inúmeros seres vivos, a manutenção da fertilidade do solo e reciclagem de nutrientes, a proteção das bacias hidrográficas da região, a redução da poluição do ar, regulações climáticas, a fixação e sequestro de carbono e a manutenção da biodiversidade.

Dessa forma, nós enquanto espécie humana, podemos nos beneficiar de vasta variedade de serviços oferecidos por essa tal floresta imaginária e ainda dos desdobramentos desses serviços. Por exemplo, dos frutos das árvores para o consumo, a biodiversidade enquanto banco genético capaz de ser usada no aperfeiçoamento de outras espécies, a biodiversidade no tocante ao seu potencial farmacêutico ainda a descobrir, entre tantos outros. Uma vez desmatada, a madeira será vendida e essa renda contribuirá para o incremento do PIB. No entanto, todos os outros —serviços| prestados pela floresta enquanto ecossistema deixarão de ocorrer, traduzindo se em uma perda de valor incalculável ao planeta Terra como um todo. Vale dizer que o uso do PIB como procedimento tradicional de avaliação econômica, ao —legitimar| a destruição das florestas, —contribui| para o desaparecimento das condições ambientais necessárias a sobrevivência do homem nesse planeta.

Embora, nos últimos tempos, a conscientização popular sobre a importância do papel da preservação da natureza tenha aumentado, a política continua se prostituindo aos interesses econômicos como se a situação de crise ambiental e social descrita ao longo do presente trabalho inexistisse. O argumento invocado pela classe política costuma ser a máxima de que preservação —não enche barriga| ou não gera empregos, mas como vimos anteriormente, em se tratando de distribuição de renda, esse tipo de desenvolvimento baseado no aumento

quantitativo do PIB, na flexibilização dos direitos sociais, trabalhista e ambientais não deve nos interessar. Ele deve é ser barrado pela pressão popular.

Não obstante todo o exposto, vejamos, então mais uma prova da ineficácia do uso do produto interno bruto como parâmetro de desenvolvimento desejável: os países que apresentam os maiores PIBs per capita apresentam, também, os maiores índices de insustentabilidade per capita. Para tornar a questão de mais fácil entendimento, usemos mais uma vez nossa imaginação. Se as pessoas do mundo todo vivessem da maneira como os habitantes de Luxemburgo (país com o maior PIB per capita no ano de 2016) vivem, no dia 17 de fevereiro desse ano teríamos esgotado a cota de recursos naturais que o planeta seria capaz de renovar em 2017⁵⁴. O tal estilo de vida praticado em países como Luxemburgo pode até ser capaz de proporcionar bem-estar à população, acontece que, diante dos referidos dados, esse estilo de vida não é nada universalizável em razão de sua alta insustentabilidade.

Sendo assim, precisamos rejeitar o PIB como meta de governo ou como medida de bem-estar, tendo em vista que ele não tem qualquer relação com o desenvolvimento responsável, sustentável e, portanto, desejável. Joseph Stiglitz, economista vencedor do prêmio Nobel, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos em 2016 foi bem claro ao assinalar as falhas do PIB como indicador do progresso. Em suas palavras: —What we measure informs what we do. And if we are measuring the wrong thing, we are going to do the wrong thing⁵⁵. Para que esse indicador realmente se vincule com o progresso social, ele deve levar em conta os fatores que hoje não passam de externalidades, como a degradação ambiental e a qualidade de vida. Só assim a persecução do crescimento de um índice pela política e economia faria sentido.

54 Tal dado pode ser consultado no site <http://www.overshootday.org/about-earth-overshoot-day/country-overshoot-days/> onde é disponibilizada uma lista com o —overshoot dayl ou o dia de esgotamento da cota de recursos naturais disponíveis para o ano referentes a diversos países.

55 Tradução livre: —O que nós mensuramos informa o que nós fazemos. Se medimos a coisa errada, então fazemos a coisa errada.

2. O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE.

Uma vez demonstrada a insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento – que baseando se no consumismo e na exploração do meio ambiente, obtém como resultado a degeneração da espécie humana e degradação da biota, passemos a refletir sobre um novo padrão de desenvolvimento que não entre em conflito com o bem-estar dos seres-humanos e da biosfera: um desenvolvimento sustentável. Para isso, faz se necessária a busca dos contornos históricos que trouxeram a discussão sobre sustentabilidade à tona.

2.1. As Origens do conceito de sustentabilidade

A palavra —sustentabilidade⁵⁶ traz a ideia de sustentação, equilíbrio, manutenção, conservação. Embora o conceito contemporâneo de sustentabilidade tenha sido elaborado na década de 1970 pela ONU, a palavra —sustentabilidade⁵⁶, no contexto ambiental, surgiu já em meados do século XVI na província da Saxônia aplicada à silvicultura – o manejo de florestas. Até que outros materiais fossem descobertos ou produzidos, a madeira foi a principal matéria-prima usada pela humanidade devido a sua versatilidade. Ela era usada para construir casas, móveis, aparelhos agrícolas e navios, além do seu uso como matriz energética para calefação, cozinha ou até para fundir metais. A madeira fora tão amplamente explorada e utilizada, principalmente pela Espanha e Portugal – as duas primeiras potencias marítimas, a ponto de fazerem as florestas diminuir em ritmo acelerado em algumas regiões.

Contudo, somente em 1713 a palavra —sustentabilidade⁵⁶ se tornou um conceito estratégico quando Hans Carl von Carlowitz publicou sua obra *Silvicultura oeconomica* – um verdadeiro tratado sobre sustentabilidade no manejo de florestas. Nessa época, na província da saxônia, acontecia a exploração predatória da madeira principalmente para abastecer com carvão vegetal as minas de prata, principal fonte de renda da região. Carlowitz percebeu que a exploração indiscriminada das florestas tinha o condão de levar ao esgotamento da madeira fazendo cessar o lucro proveniente das minas de prata, pois sem o carvão vegetal elas não poderiam ser operadas. Era, então, necessária a exploração das florestas com cuidado

56 —(...) foi na Alemanha, em 1560, na província da Saxônia, que irrompeu, pela primeira vez, a preocupação pelo uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentemente. Nesse contexto surgiu a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa sustentabilidade⁵⁶. BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 32 p.

pensando ao longo prazo ⁵⁷, ou seja, deveria ser cortada somente a quantidade de lenha que a floresta pudesse suportar, permitindo a continuidade de seu crescimento. De lá pra cá, o mundo mudou radicalmente, no entanto, o discurso ecológico atual usa praticamente os mesmos termos da ideia de sustentabilidade elaborada por Carlowitz.

Na contemporaneidade, a discussão ambiental foi retomada pela criação do Clube de Roma⁵⁸, grupo formado por cientistas, diplomatas, ambientalistas e empreendedores, em 1968 para discutir o problema da escassez de recursos naturais. Em 1971, em Founex, na Suíça foi organizado um encontro que prepararia a inserção da temática ambiental na agenda global. Nesta ocasião fora destacada a interdependência entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Foi, então, em 1972 na cidade de Estocolmo, na Suécia, que tal discussão realmente foi trazida à tona em âmbito internacional, pela ONU, na Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Esse evento continua sendo o mais emblemático no tocante à busca de uma visão ecológica de desenvolvimento justamente porque inseriu o ser humano numa relação de pertencimento e interdependência do meio ambiente. Tal ideia já se verifica no primeiro parágrafo da declaração elaborada na referida ocasião:

—Man is both creature and moulder of his environment, which gives him physical sustenance and affords him the opportunity for intellectual, moral, social and spiritual growth. In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and

57 —Carlowitz kritisiert das auf kurzfristigen Gewinn, auf „Geld lösen“, ausgerichtete Denken seiner Zeit. Ein Kornfeld bringe jährlichen Nutzen, auf das Holz des Waldes dagegen müsse man Jahrzehnte warten. Trotzdem sei die fortschreitende Umwandlung von Waldflächen zu Äckern und Wiesen ein Irrweg. Der gemeine Mann würde die jungen Bäume nicht schonen, weil er spüre, dass er deren Holz nicht mehr selbst genießen könne. Er gehe verschwenderisch damit um, weil er meine, es werde nicht alle. Zwar könne man aus dem Verkauf von Holz in kurzer Zeit "ziemlich viel Geld heben". Aber wenn die Wälder erst einmal ruiniert seien, "so bleiben auch die Einkünfte daraus auff unendliche Jahre zurücke ... sodaß unter dem scheinbaren Profit ein unersetzlicher Schade liegt". Gegen den Raubbau am Wald setzt Carlowitz die eiserne Regel: "Daß man mit dem Holtz pfleglich umgehe." | TECHNISCHE UNIVERSITÄT BERGAKADEMIE FREIBERG. Der erfinder der nachhaltigkeit. Disponível em: <http://tu-freiberg.de/sites/default/files/media/presse/carlowitz/grober_der_erfinder_der_nachhaltigkeit.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017..

58 —IN APRIL 1968, a group of thirty individuals from ten countries—scientists, educators, economists, humanists, industrialists, and national and international civil servants—gathered in the Accademia dei Lincei in Rome. They met at the instigation of Dr. Aurelio Peccei, an Italian industrial manager, economist, and man of vision, to discuss a subject of staggering scope—the present and future predicament of man. THE CLUB OF ROME Out of this meeting grew The Club of Rome, an informal organization that has been aptly described as an „invisible college.“ Its purposes are to foster understanding of the varied but interdependent components—economic, political, natural, and social—that make up the global system in which we all live; to bring that new understanding to the attention of policy-makers and the public worldwide; and in this way to promote new policy initiatives and action. | MEADOWS, D. et al. The limits to growth: a report for the club of rome’s project on the predicament of mankind. 5 ed. New York: Universe Books, 1972. Disponível em: <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf> . Acesso em: 25 de outubro de 2017.

technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights the right to life itself.¶

Nesse mesmo ano, o Clube de Roma publicou o relatório —The Limits to Growth⁵⁹, em português, limites para o crescimento. O relatório trazia um alerta para a comunidade global: se continuássemos com a mesma intensidade de consumo, produção, exploração, poluição e procriação, em cem anos no máximo, nós, como humanidade, estaríamos condenados a uma catástrofe. Ainda no final de 1972, como fruto desses debates, a ONU criou o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Dessa forma, a questão ambiental restou introduzida não apenas no meio institucional, como também no meio científico, acadêmico e jurídico.

Já em 1974, foi organizado um evento em Cooioco, no México, pelo PNUMA e UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Passados quase trinta anos da assinatura da Carta das Nações Unidas – a criação da ONU, as expectativas criadas em 1945 iam se frustradas. A vida não estava melhor. Problemas como a fome, a falta de moradia e o analfabetismo seguiam crescendo desde a criação da ONU. Nessa ocasião, realizou-se a conexão entre a explosão populacional humana, pobreza, degradação ambiental e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas – pelo alto nível de consumo, desperdício e poluição, ficando patente a necessidade de mudanças. Foi incorporada a ideia da existência de limites ambientais e sociais para o desenvolvimento.

59 “(...) The earth's interlocking resources – the global system of nature in which we all live – probably cannot support present rates of economic and population growth much beyond the year 2100, if that long, even with advanced technology. In the summer of 1970, an international team of researchers at the Massachusetts Institute of Technology began a study of the implications of continued worldwide growth. They examined the five basic factors that determine and, in their interactions, ultimately limit growth on this planet—population increase, agricultural production, nonrenewable resource depletion, industrial output, and pollution generation. The MIT team fed data on these five factors into a global computer model and then tested the behavior of the model under several sets of assumptions to determine alternative patterns for mankind's future. The Limits to Growth is the nontechnical report of their findings. The book contains a message of hope, as well: Man can create a society in which he can live indefinitely on earth if he imposes limits on himself and his production of material goods to achieve a state of global equilibrium with population and production in carefully selected balance.¶ MEADOWS, D. et al. The limits to growth: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. 5 ed. New York: Universe Books, 1972.

No ano seguinte, foi publicado o relatório —What Now! pela fundação Dag Hammarskjöld em parceria com o PNUMA. Tal estudo sinalizou uma profunda crise no padrão de desenvolvimento, mencionando a urgente necessidade de adoção de um novo paradigma para o desenvolvimento, orientado pela preservação ambiental.

A primeira parte da década de 1980 foi marcada pela edição de documentos⁶⁰ oficiais influentes que relacionavam o modelo insustentável de desenvolvimento econômico à crise ambiental tornando cada vez mais notável a interdependência entre ambiente e desenvolvimento. Em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-primeira ministra da Noruega, foi convidada, pelo sub-secretário geral da ONU, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁶¹ que teria como objetivo elaborar estratégias que alinhassem o desenvolvimento a questão ambiental. Os trabalhos desta comissão culminaram na publicação do Relatório Brundtland, também denominado —Nosso futuro comum!⁶², no ano de 1987.

O relatório Brundtland foi responsável por consolidar a expressão —desenvolvimento sustentável! bem como por trazer sua definição, que até hoje é o conceito mais clássico para o tema:

—O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.!

—Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras...O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.!

—Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia... No mínimo, o desenvolvimento sustentável não

⁶⁰ —Alguns documentos oficiais influentes: 1) do governo norte-americano, o Global 2000 (BARNEY, 1980), com previsões catastróficas para o ano 2000, devido ao modelo insustentável de desenvolvimento econômico; 2) o World Conservation Strategy (ALLEN, 1980); 3) os dois relatórios da Brandt Commission (BRANDT, 1980, 1983), encabeçado pelo então presidente da Socialista Internacional, Willy Brandt. (...) em 1982, a Carta Mundial da Natureza, chamando a atenção para o valor intrínseco das espécies e do ecossistema (IBAMA/ UNA, 2004).! CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilá; JÚNIOR, Nelson Da SILVA. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 24, jun./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/21528/17079>>. Acesso em: 25 out. 2017. 44 p.

⁶¹ Em inglês, *World Commission on Environment and Development* (WCED).

⁶² Em inglês, *Our Common Future*.

deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.¶

—Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.¶

(Relatório Brundtland, —Nosso futuro comum¶)

O conceito contempla as necessidades do presente, ou seja, a busca de soluções para a pobreza e desigualdade social ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que impõe limitações ambientais ao desenvolvimento econômico, seja no presente ou no futuro. Dessa forma, o raciocínio que relaciona a pobreza de algumas regiões e o alto padrão de consumo irresponsável de outras tornou-se inafastável ao entendimento do desenvolvimento sustentável, tratando-se de uma questão de justiça e equidade. Assim, a preocupação com a sustentabilidade tornou-se uma questão global.

Três anos depois, em 1990, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) publicou seu primeiro relatório anual, o qual levou o nome de Índice de Desenvolvimento Humano⁶³ (IDH). O desenvolvimento, que sempre fora medido com ênfase econômica – a partir do Produto Interno Bruto (PIB), poderia também ser medido de maneira mais completa a partir de outras três dimensões: saúde, renda e educação – quer dizer, baseado nas condições de viver uma vida decente em que as pessoas possam desenvolver seus potenciais. A partir dessa concepção de desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) produziu um relatório contendo metas para o desenvolvimento internacional, inspirando o estabelecimento dos —Objetivos do Milênio¶ ou então, em inglês, Millennium Development Goals (MDG), de 2000 a 2015, e, posteriormente, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de 2015 a 2030.

⁶³ —O objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.¶ PNUD. O que é idh?. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 26 out. 2017.

Em consequência da repercussão tanto do relatório de Brundtland, quanto dos estudos relativos ao IDH, a Assembleia das Nações Unidas convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, com o objetivo de avaliar os acontecimentos ocorridos desde 1972. Tal conferência, também conhecida como a *Cúpula da Terra* ou *Eco-92*, contou com a participação de representantes de 108 países. Na ocasião, pairava um sentimento de otimismo global marcado pelo fim da Guerra Fria que resultou na elaboração de cinco importantes documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (i); Agenda 21⁶⁴ (ii); Princípios para a Administração Sustentável das Florestas (iii); Convenção da Biodiversidade Biológica (iv) e Convenção sobre Mudança do Clima (v).

Na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Carta do Rio, afirma-se a responsabilidade de cooperação de todos os Estados na erradicação da pobreza como requisito indispensável ao desenvolvimento sustentável:

Princípio 5. — Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável do desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo.¶

Fica, também, estabelecido um compromisso, baseado na solidariedade mundial, dos Estados para com manutenção e o restabelecimento da saúde e integridade do ecossistema terrestre:

Princípio 7. — Os Estados deverão cooperar com o espírito de solidariedade mundial para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Tendo em vista que tenham contribuído notadamente para a degradação do meio ambiente mundial, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões que suas sociedades exercem no meio ambiente mundial e das tecnologias e dos recursos financeiros de que dispõem.¶

⁶⁴ — Na Agenda 21, os governos delinearão um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos. Mas a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a **pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento**; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável.¶ ONU. Onu e meio ambiente. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

Cinco anos passados da Eco-92, novamente no Rio de Janeiro, ocorreu o Encontro Rio+5, em 1997. Foi constatado que o empenho dos países em praticar o que fora estabelecido na Cúpula da Terra ocorreu muito parcamente. O documento final da sessão recomendou a adoção de metas juridicamente vinculativas no intuito de promover a redução da emissão de gases de efeito estufa que contribuem para o processo de aceleração das mudanças climáticas. Com esse objetivo em dezembro do mesmo ano o protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas obrigatórias para 37 países industrializados e para comunidade europeia, foi aberto para assinaturas no Japão.

Em 2002, em Joanesburgo, se deu a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, apelidada de Rio+10, reunindo representantes de 150 nações, além de ter contado com a presença de empreendedores, cientistas e ativistas. Se durante a Eco-92 pairou um espírito de cooperação encorajado pela queda da URSS e do muro de Berlim, em Joanesburgo reinou um sentimento de disputa por interesses econômicos corporativos, que culminou no —boicote da discussão das energias alternativas em substituição ao petróleo. O protocolo de Kyoto nem sequer tinha entrado em vigor, pois precisava da ratificação de 55% do total de países-membros da Convenção, que fossem responsáveis por, no mínimo, 55% do total das emissões de 1990. Os Estados Unidos, na condição de maiores emissores de dióxido de carbono do mundo, foram signatários da convenção, mas não ratificaram o compromisso, alegando que a implantação de metas e diretrizes propostas pelo acordo prejudicariam a economia do país. Depois de ser manifestamente boicotado, o protocolo de Kyoto só entrou em vigor no começo de 2005, depois de ser ratificado pela Rússia, segundo na lista de 1990 de países emissores de gases nocivos do efeito estufa, no final de 2004.

Em 2012, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, a Rio+20. Considerando a proporção da crise econômica de 2008/09, —a grande recessão⁶⁵, seguida da —crise da dívida na Europa⁶⁶, em 2009/10, um

⁶⁵“Os EUA sofreram a maior crise financeira desde os anos 1930, consequência de um relaxamento na avaliação do risco. O mau momento contagiou o resto do mundo. O detonante foi a explosão de uma enorme bolha imobiliária, que revelou que os bancos tinham estendido hipotecas lixo (subprime) a pessoas sem condições de pagá-las, com a expectativa de que o preço dos imóveis seguisse subindo. As hipotecas foram transformadas em títulos e vendidas nos mercados, o que gerou centenas de bilhões de dólares de prejuízo aos investidores. O presidente George W. Bush criou um programa de resgate financeiro de US\$ 700 bilhões. Ele e seu sucessor, Barack Obama, usaram o dinheiro para resgatar bancos, seguradoras e montadoras. Obama impulsionou também

resultado nada conclusivo seria imaginável⁶⁷. Os países, preocupados com seus próprios crescimentos econômicos, não chegaram a acordo algum, tendo a redação final do documento definitivo —Que futuro queremos|| sido confiada à delegação brasileira — justamente pela falta de consenso entre os 193 representantes dos povos. Nessa ocasião nenhuma meta concreta no sentido de alcançar os objetivos já estabelecidos foi proposta. Viu se comprovar, mais uma vez, o tratamento secundário dado às questões ambientais.

Por fim, em 2015, em Nova York, deu se a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, ocasião em que se estabeleceu a Agenda 2030. Mais do mesmo. Ainda no final do referido ano, foi aprovado o acordo de Paris, em substituição ao protocolo de Kyoto, por representantes de 195 países na COP 21(Climate Change Conference). No ano passado, 2016, Os Estados Unidos e a China, os dois maiores emissões, ratificaram o acordo, que previa a cooperação internacional no sentido de manter o aquecimento global a 1,5°C, sem mencionar a porcentagem de corte e emissão de gases-estufa necessária e nem determinar quando as emissões precisam parar de subir. Em [1 de junho de 2017](#), o [Presidente dos Estados Unidos Donald Trump](#), comprometido com o seu slogan eleitoral (*—make America great again*), anunciou que [o país](#) deixaria de participar do [Acordo de Paris](#).

um plano de estímulo de US\$ 787 bilhões para revitalizar a economia, com investimentos especialmente em construções e educação, ajudas aos desempregados e subsídios às energias alternativas. Ao mesmo tempo, Obama promoveu a maior reforma financeira desde os anos 1930 em nível nacional, complementada com uma iniciativa para endurecer as normas bancárias internacionalmente.|| REVISTA EXAME. Cronologia das crises. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/cronologia-criises-mais-graves-1929-572924/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

66“O novo Governo da Grécia reconhece que o déficit do país é muito superior ao revelado anteriormente, o que altera o interesse nos mercados por seus bônus. União Europeia (UE) e FMI negociam durante meses um programa de ajuda, enquanto os investidores continuam castigando a Grécia. E, em maio, finalmente aprovam um plano de resgate dotado de 110 bilhões de euros (US\$ 140 bilhões) para os próximos três anos. Então, os mercados já começam a duvidar da capacidade de outros países europeus de pagar sua dívida. O contágio da ansiedade afeta em particular Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, e afunda o valor do euro. A UE age e anuncia, ainda em maio, que mobilizará 750 bilhões de euros para apoiar a dívida de qualquer país da zona de moeda única. O Banco Central Europeu (BCE) inicia a compra de bônus soberanos dos países-membros.|| REVISTA EXAME. Cronologia das crises. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/cronologia-criises-mais-graves-1929-572924/>>. Acesso em: 26 out. 2017..

67“Estados Unidos, por exemplo? Obama não confirmou participação na Rio + 20.11 Por outro lado, a Presidente Dilma afirmou na última edição do Fórum Social Mundial, Porto Alegre: —Queremos que, a partir da Rio + 20, a palavra ‘desenvolvimento’ apareça sempre associada ao adjetivo ‘sustentável’. Antonio Patriota, Ministro das Relações Exteriores, talvez tenha sido, paradoxalmente, enigmático e simultaneamente claro, quando disse: ‘A Rio + 20 não será uma conferência ambiental, mas de desenvolvimento.’|| LOURENÇO, Daniel Braga; OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza De. SUSTENTABILIDADE; ECONOMIA VERDE; DIREITO DOS ANIMAIS; ECOLOGIA PROFUNDA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. RIDB, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.idb-fdul.com/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Nesse contexto, os eventos da ONU, por melhor articulados e bem intencionados que sejam, não têm sido capazes de dar um novo rumo ao modelo hegemônico de desenvolvimento, que continua sustentado na produção de mercadorias e na acumulação de capital.

2.2. O modelo Tradicional Tridimensional

Comumente, o modelo-padrão de desenvolvimento sustentável mais ventilado em ambientes corporativos ou em discursos oficiais é relativo ao famoso *Triple Bottom Line*, proposto pelo britânico John Elkington no início da década de 1990. De acordo com esse posicionamento, o desenvolvimento seria sustentável, se ele fosse economicamente viável (i); socialmente justo (ii); e ambientalmente correto (iii). A teoria de sustentabilidade do *Triple Bottom Line* baseia-se no tripé *Profit, People, Planet* - em português, produto/renda, população, planeta. Quer dizer, abrange considerações do ponto de vista econômico (*Profit*), Social (*People*) e Ambiental (*Planet*) no intuito de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Embora John Elkington tenha se preocupado com a mudança em objetivos de quantidade para objetivos de qualidade ⁶⁸, a sua teoria pareceu ter sido encampada pelo mundo corporativo de maneira displicente e irresponsável - ao passo que ainda vivemos na realidade em que o modelo de desenvolvimento propaga a acentuada concentração de renda (tendo como produto o crescimento da pobreza), a precarização das condições de trabalho (ou a perpetuação de trabalhos análogos à escravidão) e a devastação da flora e fauna ao redor do mundo. Enquanto a —prosperidade econômica acaba sendo perseguida quase que de maneira compulsiva, as legislações ambientais e trabalhistas acabam sendo modificadas buscando atender os interesses da indústria – resgatando a ideia da concentração de riqueza e poder. Daí, encontramos grandes problemas com os termos ‘ambientalmente correto’ e ‘socialmente justo’.

Isso, porque o desenvolvimento, na prática, é sinônimo de crescimento material e que as corporações querem desenvolver-se, no sentido de acumular uma grande riqueza, com o

68 —a transição para a sustentabilidade necessitará de uma mudança de paradigma pós-1945, com base em objetivos de quantidade, para um paradigma do século XXI, com base cada vez mais na qualidade de vida observada. John, ELKINGTON. Sustentabilidade, canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012. P.107-135 p. sobre a teoria do Triple Bottom Line.

menor investimento possível, com a concorrência mais agressiva possível e no menor tempo possível, praticamente inexistindo investimentos de longo prazo – na contramão da real sustentabilidade.

Desde quando o debate a respeito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade se instalou de maneira internacional e se propagou pelos meios de comunicação, rotular-se como sendo sustentável ou ecologicamente correto se tornou uma preocupação recorrente no mundo dos negócios. Isso pelo motivo de que tal rótulo é capaz de agregar valor aos produtos, processos e marcas. Nesse diapasão, pode se dizer que o discurso da sustentabilidade foi realmente incorporado em pouquíssimos casos no âmbito corporativo. O que frequentemente acontece é uma falsidade social, ambiental e ética ao se usar a palavra sustentabilidade em selos, produtos e embalagens com o único objetivo de vender e lucrar – marketing comercial – quando, na verdade, a natureza é agredida, alimentos são contaminados, trabalhadores são explorados, entre outras mazelas do modelo insustentável de desenvolvimento.

A essa prática de mascarar insustentabilidades ao longo do processo de produção é dado o nome de greenwash. Ao iludir o consumidor utilizando propaganda falsa e enganosa, sociedades empresariais continuam a perpetuar a agressão ao meio ambiente e à sociedade, enquanto aumentam seus rendimentos – ao passo que os consumidores desses produtos se dispõem a pagar um preço mais elevado em razão de um compromisso socioambiental que nunca existiu. Já a esse modelo de sustentabilidade vazio e descompromissado do ponto de vista social e ambiental dá-se o nome de sustentabilidade retórica, pois ela ainda é pautada em um modelo insustentável de desenvolvimento voltado somente para o crescimento econômico. Portanto, tanto o greenwash, quanto a sustentabilidade retórica são altamente perigosos e, em razão disso, devem ser afastados ⁶⁹.

Nesse sentido, passaremos a tratar de um conceito pluridimensional de sustentabilidade. Uma vez conhecendo a complexidade da natureza multidimensional da sustentabilidade, podemos exercitar um pensamento crítico, afastando o discurso meramente retórico e de

⁶⁹ —(...) a utilização política da expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento/ desenvolvimento), mascarando, porém, a pobreza que ele mesmo produz. BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 46 p.

conteúdo esvaziado. Conhecer a real sustentabilidade é de extrema importância para o exercício da cidadania plena e do consumo responsável.

2.3. O Modelo Multidimensional de Juarez Freitas

Para Juarez Freitas, o princípio da sustentabilidade —*trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar*⁷⁰. Isso significa que os elementos indispensáveis para um conceito operacional de sustentabilidade eficaz são: a *natureza de princípio constitucional* diretamente aplicável (i); a *eficácia* – comprometida com a obtenção de resultados justos, não se tratando de mera aptidão para a produção de efeitos jurídicos (ii); a *eficiência* – ou o uso de meios idôneos (iii); o *ambiente limpo* – descontaminado e saudável (iv); a *proibidade* – inclusão explícita e necessária da dimensão ética (v); a *prevenção* – ou seja, o dever de evitar danos certos (vi); a *precaução* – ou seja, o dever de evitar danos altamente prováveis (vii); a *solidariedade intergeracional* – reconhecendo o direito das gerações presentes e futuras (viii); a *responsabilidade* do Estado e da Sociedade (ix) e o *bem-estar* (acima das necessidades materiais) (x).

A partir desse conceito, identificamos que a sustentabilidade deve moldar o desenvolvimento – não o contrário como vemos atualmente. Dessa forma, o discurso de que os países devem, primeiramente, atingir determinado patamar de desenvolvimento econômico para, só depois, passarem a se preocupar com questões ambientais deve deixar de habitar o imaginário social para cair em profundo descrédito. Isso, porque enfrentamos uma situação de urgência em que o desenvolvimento econômico – sem respeito ao meio ambiente limpo e ecologicamente sadio – continua a provocar danos, muitas vezes, irreparáveis.

Tendo em vista que o planeta não corre grande perigo, mas sim a humanidade, vez que diversos seres seriam capazes de sobreviver mesmo em condições adversas, o exercício ético

70FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 41 p.

esperado é que a sociedade humana como um todo coopere na tarefa de *salvar a humanidade dela mesma*. Para que isso aconteça são necessárias diversas mudanças adaptativas⁷¹ que incluem desde o estímulo ao crescimento populacional⁷² estacionário ou negativo até a revisão da relação entre vida e economia, sem alimentar a crença no milagre da salvação pela tecnologia. Esta é sim muito bem vinda, quando tem o condão de viabilizar e catalisar as tais mudanças adaptativas no sentido de colaborar para que desenvolvimento humano aconteça de forma sustentável. Ou seja, a tecnologia limpa e sensata pode contribuir para uma modernização ecológica – as células fotovoltaicas, os veículos elétricos, as bioconstruções são exemplos claros de como a tecnologia e a ciência podem colaborar com o desenvolvimento sustentável. No entanto, confiar em ambas como solução para crise ambiental consiste numa armadilha de demasiado otimismo.

Para que nós, enquanto humanidade, possamos desfrutar do bem-estar no presente e no futuro – ou ainda, para que tenhamos um futuro, devemos fazer com que a sustentabilidade adjective e condicione as suas características ao desenvolvimento, abandonando o paradigma do crescimento quantitativo com valor em si mesmo. Nesse contexto, passaremos a entender a multidimensionalidade do princípio da sustentabilidade⁷³ que, além das dimensões social, econômica e ambiental, acrescenta as dimensões *ética* e *jurídico-política* ao debate. Sendo todas elas indispensáveis, devido ao fenômeno da interconectividade, para a composição de tal princípio. Dessa forma, Juarez Freitas elaborou sem hierarquia rígida e sem caráter exaustivo, cinco dimensões da sustentabilidade que passam a ser expostas a seguir.

2.3.1. Dimensão Social da Sustentabilidade

O modelo de desenvolvimento excludente e iníquo não deve ser admitido. É de se imaginar que, num colapso ambiental, poucos sobreviveriam. Infelizmente, nos moldes de

⁷¹ Inclusive nos setores de mais baixa renda que, sem qualquer instrução ou planejamento, continuam aumentando suas populações.

⁷² —Embora a taxa de crescimento da população mundial tenha caído, qualquer complacência em relação ao incremento demográfico do planeta seria um equívoco. Por isso, —o mundo deve adotar um conjunto de políticas que, por meio de escolhas voluntárias ajude a estabilizar a população do planetal. SACHS, Jeffrey. *A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 199 p.

⁷³—A sustentabilidade deve ser multidimensional, pois o bem-estar é multidimensional. Para consolidá-la, nesses moldes, indispensável cuidar do ambiental, sem ofender o social, o econômico, o ético e o jurídico-político. FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 57 p.

desenvolvimento atuais esses sobreviventes seriam os topos das pirâmides sociais, as oligarquias, que negam a conexão de todos os seres vivos, agindo de modo indiferente à crise ambiental. Por isso, nesse novo paradigma não deve haver discriminações entre as pessoas, exceto se a distinção for voltada a atender necessidades dos desfavorecidos, por meio de ações positivas ou de compensações que levem em consideração a questão ambiental no combate a pobreza. Como a pobreza e seus desdobramentos (a fome, a proliferação de doenças, falta de escolaridade, etc.) apresentam relação íntima com o nível de degradação do meio ambiente, essa questão não pode ser enfrentada de maneira apartada da questão ambiental.

A dimensão social da sustentabilidade, portanto, comporta os direitos fundamentais sócias⁷⁴, que para se tornarem universais exigem um planejamento em longo prazo, criação de programas governamentais, entre outras medidas que tragam a eficiência e eficácia a essa tutela.

No sentido de realinhar o direito à educação, as escolas devem formar cidadãos conscientes de que a sociedade não é um conjunto de indivíduos independentes entre si, cada um agindo para alcançar objetivos independentemente uns dos outros. A educação deve estimular o funcionamento sadio do sistema social por meio da combinação das ações individuais⁷⁵, sendo voltada para competências e habilidades, e não para a mera —decoreball de métodos inúteis e subavaliados.

O direito a moradia, consistindo em outro exemplo, exige uma regularização fundiária, incluindo medidas judiciais, políticas, urbanísticas, ambientais e sociais, adequando o direito de propriedade com a função social e controlando a especulação imobiliária. Outro ponto crucial da dimensão social é a questão do trabalho. Qualquer esforço no sentido da preservação do meio ambiente estará fadado à insustentabilidade, se for obtido por meio de trabalho indecente.

⁷⁴ Art. 6º, CFRB/88: —São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. l.

⁷⁵ —Our new evidence confirms that social capital is strongly linked to subjective well-being through many independent channels and in several different forms! HELLIWELL, F. et al. The social context of well-being. . p.1444. Philosophical transactions – Biological Sciences, [S.L.], v. 359, n. 1449, jan./dez. 2004. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov>>. Acesso em: 24 out. 2017.1444 p.

Sendo comprovado que o bem-estar está intimamente ligado à equitatividade nas sociedades, do ponto de vista da dimensão social, o novo paradigma sustentável, segundo Juarez Freitas, deve buscar o incremento da equidade intra e inter geracional (i); condições propícias ao florescimento virtuoso das potencialidades humanas, com educação de qualidade (ii) e o engajamento na causa do desenvolvimento que perdura e faz a sociedade mais apta a viver, a longo prazo, com dignidade e respeito à —dignidade dos demais seres vivos!.

2.3.2. Dimensão ambiental da sustentabilidade

A dimensão ambiental trata de tutelar o direito das gerações atuais, sem prejuízo das gerações futuras, ao ambiente limpo. Nos termos da constituição da república federativa do Brasil, trata-se do direito ao meio ecologicamente equilibrado, previsto no art. 225⁷⁶. Nesse ponto, como foi dito reiteradas vezes ao longo do presente trabalho, a degradação do meio ambiente, causada pela exploração deste pelo homem, tem o condão de inviabilizar a existência da humanidade. Além disso, a constante agressão à natureza faz com que a qualidade de vida humana decaia crescentemente, de modo que cuidar do meio ambiente enquanto há tempo é a única saída para o futuro da nossa espécie.

No ano de 2015, a título de ilustração, a poluição foi responsável por uma a cada seis mortes registradas em todo mundo, totalizando cerca de 9 milhões de óbitos⁷⁷, sendo que cerca de 92% destas mortes ocorreram em países pobres. Foi, também, constatado que o maior impacto acontece em países que estão passando por um rápido processo de desenvolvimento e industrialização – ambos insustentáveis -, como a Índia, que apresentou o quinto maior número de mortes por poluição. Trata-se da prova de que a poluição humana não é só prejudicial ao que conhecemos como fauna e flora, mas ao próprio ser humano.

⁷⁶ Art. 225, caput, CFRB/88: —Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.!

⁷⁷ Essa é a conclusão de um relatório publicado pela revista científica *The Lancet*. Poluição mata mais de 100 mil pessoas por ano no Brasil, diz relatório. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-41692503>. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

Simplesmente não faz sentido poluir o próprio ar que respiramos, ou contaminar as águas que bebemos e os solos que provém a nós os alimentos. Da mesma maneira, é inconcebível, para a sustentabilidade, o tratamento cruel dado aos nossos semelhantes (animais humanos e não-humanos) ou a maneira como nos desfazemos das coisas e produzimos lixo – um conceito totalmente abstrato que a natureza nunca concebeu. A economia de baixo carbono é uma necessidade cogente. O consumo tem que ser consciente. O ser humano precisa se dar conta de sua condição de ser eminentemente natural, deixando essa visão fragmentária e dissociada da natureza.

Devemos, então, agir com responsabilidade enfrentando a degradação ambiental tempestivamente com o uso de ciência, prudência e tecnologia, demandando a criação de políticas públicas que incentivem o uso parcimonioso dos recursos naturais, bem como o acesso e implementação de tecnologias limpas e ecologicamente corretas.

2.3.3. Dimensão econômica da sustentabilidade

A visão econômica de sustentabilidade aposta numa alteração inevitável do estilo de vida para criar uma nova economia. Não há espaço para o consumo não consciente, porque tanto a natureza, quanto a força de trabalho não pode ser vista apenas como capital. É necessário deixar de criar metas apenas para curto prazo, investindo com eficiência e equidade em projetos de médio e longo prazo, avaliando tanto os custos diretos quanto os custos indiretos – externalidades⁷⁸.

⁷⁸“É preciso uma nova forma de balanço econômico que, a medida que soma o que é chamado ‘produtividade’ ou ‘progresso’ na agricultura, também deduza todos os custos: as calamidades humanas, a devastação ambiental, a perda da diversidade biológica na paisagem circundante e a ainda mais tremenda perda de biodiversidade em nossos cultivos.(...). E, mais importante e decisivo, a não sustentabilidade disto tudo. Temos o direito de agir como se fossemos a última geração?!. LUTZENBERGER, José A. Os absurdos da agricultura moderna. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/plan-disc/lutzenberger.htm>>. Acesso em: 1 nov 2017.

—As políticas de incentivo econômico também precisam mudar: o setor pecuário praticamente não paga a água que usa, os efluentes e contaminantes que gera nem os habitats que degrada. No preço da carne para o consumidor final, custo não está incluído. Ao contrário, o setor dispõe frequentemente de subsídios não disponíveis em outros ramos de atividade, gerando assim grandes distorções de mercado. Ou seja, nós, contribuintes, nossos biomas e os animais criados para consumo é que carregamos o setor pecuário nas costas. | SCHUCK, Cynthia; RIBEIRO, Raquel. Comendo o planeta: Impactos ambientais da criação e consumo de animais. 3 ed. Vesper ABM, 2015. Disponível em: <http://www.svb.org.br/livros/comendo_o_planeta.pdf>

O fundamentalismo de mercado precisa ser deixado no passado, vez que se mostra altamente insustentável, tendo enorme papel na crise ambiental, social, ética e jurídico-político em que vivemos. Não podemos mais ignorar os custos indiretos em longo prazo desse modelo desenvolvimentista fadado a levar a humanidade ao seu fim. A economia sustentável deve, acima de qualquer investimento em outras áreas, priorizar a educação (com bons gastos), afinal as externalidades geradas a partir daí são altamente positivas, como o abandono da pobreza e a emancipação econômica da população. Deve se, também, como ruptura para com o desenvolvimento meramente quantitativo, adotar novos indicadores econômicos que não o PIB, que se mostra cada vez mais limitado.

A nova economia, orientada pelo princípio da sustentabilidade, deve vir com a reformulação de comportamentos e conceitos, com o planejamento a longo prazo e com um sistema competente de incentivos, levando sempre em conta a eficiência e eficácia de cada medida para com o objetivo da sustentabilidade. Nesse ponto, faz se muito importante a existência de uma regulação que estimule boas ações ao mesmo tempo em que desencoraje ações insustentáveis.

Essa nova sistemática deve se compromissar com o uso consciente dos recursos, combatendo o desperdício de maneira geral, ou seja, em todos os processos. Não há mais como seguir um modelo de desenvolvimento linear sabendo que os processos naturais são cíclicos.

2.3.4. Dimensão ética da sustentabilidade

A dimensão ética da sustentabilidade, segundo Juarez Freitas, pode ser sintetizada em quatro pontos. São eles o reconhecimento da ligação de todos os seres, acima do antropocentrismo estrito (i); o reconhecimento do impacto retroalimentador das ações e omissões (ii); a exigência de universalização concreta, tópico-sistemática do bem-estar (iii) e o engajamento numa causa que, sem negar a dignidade humana, proclama e admite a dignidade dos seres vivos em geral (iv). Isso porque todos os seres possuem uma ligação intersubjetiva e natural. Sendo assim, os seres vivos em geral tem o dever de empatia e solidariedade um para com o outro, no sentido de colaboração benéfica ao planeta.

Nesse diapasão, não podemos aceitar qualquer dualismo entre homem e natureza. Sabendo que o sentimento de consciência unitária é natural, observemos que qualquer distanciamento dessa noção é uma criação cultural e social. Pertencendo todos os seres vivos à natureza, temos o dever de cooperação mútua, no sentido da continuidade da vida como sistema ambiental. Sendo assim, é inadmissível a —coisificação‖ da vida e suas decorrências — como a conversão dos animais em —commodities‖, por exemplo.

Enquanto a cultura da insaciabilidade e do consumismo aposta na irracionalidade, na reação por impulso; a dimensão ética mostra-se eminentemente racional. Decorre, então, da racionalidade um dever ético de expandir liberdades e dignidades, ou seja, um dever de reconhecimento de novas titularidades de direito. O dever ético sustentável trata-se não somente de agir passivamente no sentido de apenas deixar de prejudicar os seres em geral, mas de um dever ativo, de intervenção para a restauração do equilíbrio dinâmico.

Nas palavras de Juarez Freitas:

—Uma atitude eticamente sustentável é apenas aquela que consiste em agir de modo tal que possa ser universalizada a produção do bem-estar duradouro, no íntimo e na interação com a natureza‖⁷⁹.

É certo que o bem estar deve ser perseguido tanto intimamente (ou individualmente), quanto socialmente, lembrando que ele não está pautado na acumulação material e no simples crescimento econômico, uma vez que estes foram baseados na insatisfação das pessoas. Essa insatisfação é peça principal no sentido de criação de demanda constante por produtos, sendo, também, frequentemente fonte considerável de ansiedade, depressão e doenças similares. Muitas vezes pensamos que o progresso material bruto se traduz na garantia de bem-estar para a população. Acontece que não há nenhuma comprovação desse raciocínio. Muito pelo contrário, há estudos que indicam a desvinculação entre felicidade e acumulação de bens materiais, ao mostrar que ricos não se percebem necessariamente mais felizes⁸⁰.

79FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 61 p.

80—An increasingly large and robust body of research confirms that, beyond a certain threshold, further increases in material well-being have the negative sideeffects of lowering community cohesion, healthy relationships, knowledge, wisdom, a sense of purpose, connection with nature, and other dimensions of human happiness. In fact, a strikingly consistent global trend suggests that as material affluence increases, these critical components of psychic income often decline amidst rising rates of alcoholism, suicide, depression, poor health, crime, divorce, and other social pathologies. In his recent book *Deep Economy*, author Bill McKibben provides an excellent overview of findings from this emerging field (McKibben 2007 COSTANZA, R. et al. *Beyond GDP*:

Tendo como objetivo a universalização do bem-estar, é defensável eticamente que os recursos públicos sejam alocados com honestidade em políticas sustentáveis em vez de financiarem a concentração de riqueza e poder como vemos hoje. Construtoras que financiam campanhas políticas por meio de doações⁸¹ em troca de contratos hiperfaturados de obras públicas; banco nacional de desenvolvimento econômico e social que —investe na produção pecuária e, conseqüentemente, no desmatamento da floresta amazônica⁸²; a existência da

The Need for New Measures of Progress. THE PARDEE PAPERS, Boston University, n. 4, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.bu.edu/pardee/files/documents/PP-004-GDP.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017. 9 p.

81 —A própria empresa, em comunicado, admite ‘a existência de um sistema ilegal e ilegítimo de financiamento do sistema partidário-eleitoral do país’. O potencial das revelações da Odebrecht é bombástico: apenas nas últimas eleições, de 2014, o grupo doou legalmente R\$ 46 milhões para campanhas eleitorais de 15 partidos – tanto do governo quanto da oposição. Durante as eleições de 2014, as doações da Construtora Norberto Odebrecht, maior doadora do grupo registrada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), chegaram a R\$ 39,9 milhões. Há ainda doações da Odebrecht Agroindustrial, Odebrecht Ambiental e Odebrecht Óleo e Gás, totalizando R\$ 46 milhões. Além do PT e do PSDB, receberam dinheiro da Odebrecht durante as campanhas de 2014 (incluindo as estaduais e para o Legislativo): PMDB, PV, SD, PRB, PSD, PP, PPS, DEM, Pros, PSB, PSC, PR e PTdoB.¶

—A Odebrecht é também uma das grandes beneficiárias de contratos celebrados com o governo federal: entre 2004 e 2014, a Construtora Norberto Odebrecht recebeu R\$ 3,2 bilhões do Orçamento Geral da União, segundo levantamento feito pela ONG Contas Abertas, especializada na fiscalização dos gastos públicos. Uma busca pelo portal de transparência da Controladoria-Geral da União mostra que, em 2014, a construtora recebeu R\$ 1,1 bilhão pela implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos nucleares. Em 2015, os contratos celebrados com o governo federal pagaram R\$ 269 milhões à empresa e, em 2016, já foram recebidos R\$ 200 milhões.¶ Odebrecht doou R\$ 46 milhões para 15 partidos em 2014. Gazeta do Povo. Publicado em: 23 de março de 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/odebrecht-doou-r-46-milhoes-para-15-partidos-em-2014-30lez7z58evyx6lbnn9mrgnb> . Acesso em: 6 de novembro de 2017.

82 —Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão financeiro vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o governo brasileiro tem formado alianças estratégicas com as cinco maiores empresas da indústria pecuária. Entre 2007 e 2009, estas empresas – responsáveis por mais de 50% das exportações brasileiras de carne receberam US\$ 2,65 bilhões (cerca de R\$ 5,5 bilhões) do BNDES, em troca de ações para o governo brasileiro. Os três frigoríficos que receberam a maior parte do investimento público foram: Bertin, uma das maiores comercializadoras de couro do mundo; JBS, empresa que controla pelo menos 10% da produção global de carne, e Marfrig, a quarta maior comercializadora mundial de carne. A expansão destes grupos é, efetivamente, um empreendimento conjunto (*joint-venture*) com o governo brasileiro. Estas empresas veem a crise financeira como uma oportunidade para aumentar sua participação no mercado global. Sem o dinheiro do governo brasileiro, sua habilidade de continuar construindo um império comercial global, voltado para a exportação de produtos pecuários da Amazônia, poderia ter sido reduzida. Para reforçar a participação brasileira no mercado global, o governo está disponibilizando recursos para expandir a infraestrutura de processamento de produtos pecuários na região Amazônica. Em uma avaliação de concessão de crédito para a Bertin, o *International Finance Corporation* (IFC), o braço para empréstimos privados do Banco Mundial, alertou para os riscos de aumentar o desmatamento ao expandir a capacidade dos frigoríficos na região. Um auditor do Banco Mundial concluiu: ‘O projeto (de expandir o frigorífico Bertin em Marabá) representa um grave risco ao meio ambiente e a reputação do Banco’. Mesmo assim, o IFC investiu

US\$ 90 milhões (R\$ 185,4 milhões) no projeto da Bertin em um dos lugares mais arriscados da Amazônia.¶ Green Peace Brasil. A ferra do boi na Amazônia. 5 p. Disponível em: www.greenpeace.org.br. Acesso em 1 de novembro de 2017.

bancada ruralista no congresso votando um novo código florestal; edição de portaria afrouxando a proibição de trabalhos análogos a escravidão; campanha para aprovação da reforma previdenciária mesmo quando constatado por CPI que o déficit previdenciário não existe⁸³: todos os casos poderiam ser piadas de mau gosto, mas eles retratam não só a realidade no Brasil, mas também ilustram a dinâmica da concentração de poder e riqueza na formação de uma plutocracia.

Com o intuito de romper com essa lógica do bem-estar oligárquico e altamente censitário, não deve ser admitido qualquer desvio no propósito sustentável. A honestidade⁸⁴ deve ser necessariamente elemento da filosofia da sustentabilidade, sendo essencial nas relações públicas e privadas, acompanhada da capacidade de antever os impactos sistêmicos. Por mais estranho que possa parecer, precisamos levar a dimensão ética principalmente para as dimensões econômica e jurídico-política no intuito de se alcançar o bem estar multidimensional, corrigindo assim as falhas estruturais de mercado e efetivando o bem-estar como direito fundamental – podendo ele ser tutelado antecipatoriamente, evitando qualquer dano injusto.

Reforçando, a ética sustentável deve ser pensada a partir de uma visão integradora, que permita a percepção do encadeamento de todas as condutas em longo prazo, abandonando o mau hábito do imediatismo, que nos trouxe à situação na qual nos encontramos. Em contraposição à irresponsabilidade e à sociedade de risco, devemos ser guiados pelos princípios da prevenção e precaução, equidade e solidariedade intergeracional em busca do

83 —O senador Hélio José (PROS-DF) apresentou nesta segunda-feira, 23, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, que investigou as contas do seguro social no país. O texto de 253 páginas conclui que ‘é possível afirmar, com convicção, que inexistem déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social’ no Brasil. ‘São absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas os argumentos reunidos pelo governo federal sobre a contabilidade da Previdência Social, cujo o objetivo é aprovação da Proposta de

Emenda Constitucional (PEC) nº 287, de 2016’, afirmou o relator da CPI. O presidente da CPI da Previdência, senador Paulo Paim (PT-RS), acusou a TV Senado de cortar a transmissão da sessão, durante a leitura do relatório. Isso porque a emissora de televisão do Senado cortou o sinal da CPI e passou a retransmitir audiência pública da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Paim prometeu cobrar explicações do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). | Relatório final da previdência diz que déficit inexistente. Época negócios.

Publicado em: 23 de outubro de 2017. Disponível em:

<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/10/relatorio-final-da-cpi-da-previdencia-diz-que-deficit-inexiste.html>. Acesso em: 7 de novembro de 2017.

84 Para Juarez Freitas, a —honestidade de propósitos evolutivosl.

pleno reconhecimento da dignidade intrínseca dos seres vivos em geral, em prol de um conceito profundo de ecologia⁸⁵.

2.3.5. Dimensão jurídico-política da sustentabilidade

A dimensão jurídico-política da sustentabilidade determina a tutela jurídica do direito ao futuro com eficácia direta e imediata, independentemente de regulação. Trata-se do dever constitucional de proteger a liberdade de cada cidadão enquanto titular de cidadania ambiental, apontando assim os direitos e deveres fundamentais das gerações presentes e futuras (intertemporalidade e intersubjetividade).

A sustentabilidade, portanto, não é princípio abstrato e nem princípio potencial⁸⁶. Ela tampouco é de observância protelável, devendo vincular plenamente por razões éticas, filosóficas, biológicas e constitucionais. Devem ser assegurados: a preservação da vida, em sua diversidade, e coibida toda forma de crueldade, fugindo do antropocentrismo *stricto sensu* (i); a obrigação de se antecipar, usando da precaução e prevenção, evitando qualquer dano injusto e assegurando a boa informação a produtores e consumidores, assim como a fiscalização dos produtos no exercício regular do poder de polícia administrativa (ii); a

⁸⁵ A ecologia profunda foi proposta em 1984 por Arne Naess e George Sessions, tendo oito princípios básicos (Basic Principles of Deep Ecology): —1. The well-being and flourishing of human and non-human life on Earth have value in themselves. These values are independent of the usefulness of the non-human world for human purposes. 2. Richness and diversity of life forms contribute to the realization of these values and are also values in themselves. 3. Humans have no right to reduce this richness and diversity except to satisfy vital needs. 4. The flourishing of human life and cultures is compatible with a substantial decrease of the human population. The flourishing of non-human life requires such a decrease. 5. Present human interference with the non-human world is excessive, and the situation is rapidly worsening. 6. Policies must therefore be changed. The changes in policies affect basic economic, technological, and ideological structures. The resulting state of affairs will be deeply different from the present. 7. The ideological change is mainly that of appreciating quality (dwelling in situations of inherent worth) rather than adhering to an increasingly higher standard of living. There will be a profound awareness of the difference between big and great. 8. Those who subscribe to the foregoing points have an obligation directly or indirectly to participate in the attempt to implement the necessary changes. V. DRENGSON, Alan; DEVALL, Bill. *The Ecology of Wisdom: writings by Arne Naess*. Berkeley: Counterpoint, 2010, p. 111 e 112. Tb. DEVALL, Bill; SESSIONS, George. *Deep Ecology: living as if nature mattered*. Salt Lake City: Peregrine Smith Book, 1985, 69-73 p.

⁸⁶ Lang criou três categorias nas quais os princípios ambientais se enquadrariam: Principles of existing International Environmental Law (i), principles of emerging International Environmental Law (ii), potencial principles of International Environmental Law (iii). —This third group of —potential principles is an area of hope for many policy-makers, who still count on /‘the rule of law’ as an instrument of their endeavor. LANG, Winfried. *UN-Principles and International Environmental Law*. Max Planck Yearbook of United Nations Law, v.3. 1999. p.171. Disponível em: http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_lang_3.pdf. Acesso em: 7 de novembro de 2017.

responsabilidade partilhada e solidaria perante o ciclo da vida dos produtos e serviços, contribuindo para um consumo esclarecido (em contraposição ao consumismo, que é o despotismo do consumo acrítico) (iii); o trabalho decente (iv); acesso a moradias (v) e a transporte (vi).

Para que isso aconteça, antes de tudo, deve haver o reconhecimento de novas titularidades e a completa revisão das teorias clássicas dos direitos subjetivos (tratando da inclusão do direito fundamental das gerações futuras). Na verdade, faz-se necessária uma nova hermenêutica das relações jurídicas em geral. Devemos trazer novas concepções sobre trabalho, produção e consumo, além de ampliar a tutela do consumidor (atual e futuro). O Direito Administrativo da Regulação deve ser redefinido no sentido de combater a omissão do Estado, que causa danos inter e intrageracionais frequentes e incalculáveis. De maneira supletiva, ainda deve ser reformulada toda teoria da responsabilidade civil e penal, balizando os deveres de precaução e prevenção. Tudo isso, levando em conta os custos e benefícios, diretos e indiretos dos projetos, promovendo a justiça ambiental.

Essa diversidade de mudanças deve brotar da sustentabilidade como princípio jurídico vinculante em sentido forte, cogente de maneira a assegurar o bem-estar duradouro de maneira ampla. Isto é, a todos os seres vivos sem prejuízo das gerações futuras, exigindo, na visão sustentada por Juarez Freitas, o cumprimento dos direitos fundamentais à longevidade digna, à alimentação sem excessos e carências, o direito a ambiente limpo, à educação de qualidade, à democracia, à informação livre e de conteúdo qualificado, ao processo judicial e administrativo com desfecho tempestivo, o direito à segurança, à renda oriunda do trabalho decente, o direito à boa administração pública e, por fim, o direito à moradia digna e segura.

Nas palavras do referido autor:

—A sustentabilidade é(a) princípio constitucional, imediato e diretamente vinculante (CF, artigos 225, 3º, 170, VI, entre outros), que (b) determina, sem prejuízos das disposições internacionais, a eficácia dos direitos fundamentais de todas as dimensões (não somente os de terceira dimensão) e que (c) faz desproporcional e antijurídica, precisamente em função do seu caráter normativo, toda e qualquer omissão causadora de injustos danos intrageracionais e intergeracionais.⁸⁷

87FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 71 p.

Dessa forma, a sustentabilidade altera toda a visão do Direito ao implementar um novo conceito de desenvolvimento, devendo todos os esforços convergirem obrigatoriamente nesse sentido. Assim, a sustentabilidade deixa de ser um princípio de concretização adiável, invocado por razões de marketing ou de pânico, assumindo normatividade.

2.4. Dialética da Sustentabilidade

Sendo, então, a sustentabilidade um princípio social, ambiental, econômico, ético e jurídico-político, nenhuma dimensão pode ser descartada, pois elas se entrelaçam e se constituem dialeticamente. Isso porque ela se dá a partir de uma compreensão integrada da vida. Ou seja, ela reclama por uma profunda mudança no estilo de vida, em todos os aspectos, entendendo que nossas ações não podem ser vistas de maneira isolada, vez que não há mais tempo para negar a existência de uma —conexão inevitável de seres e coisas|. É preciso deixar de compactuar para com a sociedade de risco e promover a afirmação da responsabilidade compartilhada.

Sobre a multidimensionalidade do princípio da sustentabilidade, Juarez Freitas já ensinava que:

—A multidimensionalidade deriva da uma propriedade natural de difícil refutação: o inter-relacionamento de tudo, a conexão inevitável de seres e coisas. Assim, a degradação ambiental, por exemplo, encontra-se associada à degradação social e à criminalidade. E vice-versa. A dimensão jurídica influencia a ética, e assim reciprocamente. Noutro modo de dizer, a sustentabilidade (longe de ser unívoca ou unilateral) só pode ser entendida como princípio multidimensional (de raízes biológicas e evolutivas, com desdobramentos sociais, econômicos, éticos e jurídicos), em sentido forte.⁸⁸.

Compreendendo a existência de elos que entrelaçam tudo e todos podemos abrir nossos campos de visão e enxergar as situações de maneira ampliada, observando que o tipo de desenvolvimento que devemos desejar em nada se contrapõe com a sustentabilidade, tendo em vista que ele tem o condão de gerar reações positivas em cadeia. Tratam-se dos claros exemplos dos investimentos em *educação, saneamento básico, acesso a moradia e trabalho*

⁸⁸FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 72 p.

dignos. Além disso, precisamos de *transparência e informação* para que possamos desenvolver o pensamento crítico tomando consciência da realidade enquanto cidadãos e titulares do poder do Estado, fazendo com que essa abstração jurídica tutele os nossos interesses, que devem ser compatíveis com o modelo sustentável de desenvolvimento.

Assim, teremos cada vez mais chances de romper o círculo de concentração de riqueza e poder, principal culpado pelo tratamento irresponsável e prejudicial ao planeta como um todo. Se cada indivíduo entender o seu papel para a manutenção de um status quo tão insustentável, poderemos ver que há muito mais em comum do que jamais se pudera imaginar. Precisamos ter em mente que conquistamos direitos formais como indivíduos, mas que apenas os materializaremos agindo coordenadamente enquanto sociedade, vinculando noções como empatia, equidade entre gerações, longevidade digna e desenvolvimento limpo (tanto física, quanto eticamente).

Infelizmente, vivemos um momento bastante reacionário não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Seja representado pela eleição de Donald Trump para a presidente nos Estados Unidos da América, pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao poder ou pela entrada do partido AfD no parlamento Alemão, todos esses acontecimentos fazem parte desse mesmo fenômeno global. Esses governos reacionários seduzem grande parte da população com discursos falaciosos e grandes campanhas de marketing bancadas pelas grandes indústrias. Com slogans saudosistas e perigosamente nacionalistas⁸⁹ eles prometem aumentar as taxas de desenvolvimento, fazendo com que as condições de vida melhorem nos países.

Acontece que esse desenvolvimento em questão é justamente aquele repudiado ao logo do presente trabalho, o desenvolvimento predatório que trouxe a humanidade à sociedade de risco. Mesmo que essas políticas se adequassem à sustentabilidade ambiental rasa e econômica de maneira estrita, ainda não seriam filosofias de governo sustentáveis tendo em vista que ainda falhariam do ponto de vista ético, social e jurídico-político simplesmente

89 Tais como —make america great again!, Islamisierung stoppen! (parar a islamização da Alemanha ou Europa) ou até mesmo o brasileiro —ordem e progressol. Enquanto para muitos que se distraem tais slogans podem não significar nada além do que as próprias palavras utilizadas, para outros que se atem, tratam de livre referências respectivamente ao pós segunda guerra nos EUA (o período no qual o sonho americano foi arquitetado), ao nazismo na Alemanha e ao militarismo no Brasil.

porque elas não carregam noções-chave caras à sustentabilidade, como empatia e equidade. Essas políticas são altamente excludentes, estando na contra-mão do objetivo de universalização do bem-estar, que é a sustentabilidade.

Analisemos brevemente a situação no Brasil. O slogan do governo federal nos anos de governo Lula foi o inclusivo —Brasil: um país de todos|. Durante o governo Dilma, tivemos —Brasil, país rico é país sem pobreza| seguido pelo —Brasil, pátria educadora|. Agora temos a versão temerária: —Brasil: ordem e progresso|. Não que um governo possa ser avaliado pela análise de seu slogan, mas é inegável que eles têm a finalidade de mostrar de uma maneira bem genérica intenções de condução do país. Nesse ponto, Temer anunciou logo de antemão o que estaria por vir: o tão almejado progresso, obviamente ancorado aos moldes desenvolvimentistas que gananciosamente perpetuam as desigualdades e desequilíbrios mundo afora. Com roupagem de —modernização|, o projeto de flexibilização das leis socioambientais é implementado com velocidade assustadora num verdadeiro ataque amplo e coordenado às conquistas constitucionais, administrativas e populares. Por meio de um congresso majoritariamente corrupto composto por parlamentares, que vivem numa remontagem esdrúxula da França de Luis XVI em versão tupiniquim, leis que representam reais retrocessos tramitam e são aprovadas sem nenhum pudor. É o caso da reforma trabalhista, da terceirização e da lei de grilagem (lei 13.465/17). Outros absurdos tramitam livremente pelas casas como: a —Lei Geral do Licenciamento Ambiental| (PL 3.729/2004), fortemente criticada pelo Ministério Público Federal, pelo Ibama e por ambientalistas; o PL 1.610, que caso aprovado disponibilizaria 114 milhões de hectares de terras indígenas aos interesses de mineradoras sem restrição de área e que se encontra em estágio avançado de tramitação; o PL 6717, que libera o porte de armas para trabalhadores ou proprietários rurais, que tem o condão de agravar a violência nos campos; PL 4095/2012, que abre espaço para estrangeirização das terras; PL 1278, que visa redefinir a abrangência territorial da Amazônia legal excluindo os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão; PEC 171/93, que versa sobre a redução da maioria penal; a PEC 164/12, que ao prever a vida a partir da concepção proíbe as hipóteses de aborto atualmente legais e impossibilita pesquisas com células-tronco; PEC 287/16 sobre a reforma da previdência; entre outras muitas.

Enquanto isso, outros direitos e garantias são atacados via medida provisória ou por decretos presidenciais: MP 789, 790, 79, que alteram diversos pontos no atual código

mineral simplificando procedimentos de concessão e outorga, além de reduzir o prazo de início dos projetos minerais e criar a Agência Nacional de Mineração; MP 756/2016, que reduziu a área da Floresta Nacional do Jaxamin em 57% (vetada depois de forte pressão nacional e internacional); Decreto 9.142, que extinguiu a RENCA (Reserva nacional de cobre e associados) pretendendo disponibilizar tal área á indústria mineradora (suspensa por pressão popular). Tal fenômeno ainda se dá por meio de outros atos administrativos: Portaria 683/17 do Ministério da Justiça, que anulou a portaria 581/15 que reconhecia uma área de 512 hectares como posse permanente dos povos Guarani da Terra Indígena Jaraguá (SP); Decreto 9010/17 do Ministério da Justiça, que eliminou mais de 300 cargos do quadro de pessoal da FUNAI; Portaria 1121/17 do Ministério do Trabalho, que, redefinindo o conceito de trabalho escravo, praticamente legaliza esse tipo de trabalho no Brasil e excluindo da definição de trabalho escravo quase 90% dos processos judiciais, conforme apontou o Ministério Público (atualmente suspensa por decisão monocrática da Ministra do STF Rosa Weber).

Isso posto, não podemos nos olvidar da importância da educação para uma perspectiva de mudança. Esta sofreu grandes cortes orçamentários afetando todas as Universidades Federais. A Universidade do Rio de Janeiro, sozinha, teve um corte de 150 milhões de reais num período de 30 meses. O projeto de sucateamento da educação pública brasileira segue acelerado no que diz à precarização das universidades públicas, fazendo da ignorância um projeto de governo para a manutenção do status quo inegavelmente insustentável.

Apesar de o panorama parecer nada favorável ao fomento do desenvolvimento sustentável, o trabalho de conscientização popular sobre a importância da preservação da natureza parece ter surtido efeito em algumas discussões. Foi o caso da extinção da RENCA, que motivou a união de diversos setores da sociedade para pressionar o governo federal no sentido de revogar o decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados disponibilizando a área para a mineração. É nessa direção que devemos seguir, trabalhando para que a população se envolva nesse cenário de uma maneira consciente e informada em busca de um futuro comum sustentável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Desde o início, o trabalho se apresentou no sentido de trazer uma reflexão sobre a ação antrópica no planeta Terra. O fato é que a maneira como pensamos, agimos e nos comportamos enquanto humanidade gera consequências planetárias. Em outras palavras, quando criamos a dualidade homem- natureza, legitimamos a destruição ambiental numa grande cruzada para o estabelecimento da dominância humana, a qual deu se o nome de desenvolvimento.

Esse modelo de desenvolvimento sob qual é pautado o atual paradigma civilizatório - irresponsável, quantitativo, insaciável, com o fim em si mesmo - já conduziu, em grande medida, o escassear do capital vital da Terra e segue avançando. Naturalizando padrões sociais não-naturais, pessoas foram transformadas em consumidores, países foram transformados em mercados. A desigualdade social nunca foi tão grande como nos dias de hoje.

Podemos verificar que o objetivo humano de dominação hegemônica do planeta foi alcançado com a chegada do *Antropoceno*. É de se esperar que a humanidade possa ver que, ao final dessa batalha travada contra o meio ambiente, simplesmente não existem vitoriosos, vez que nós mesmos pertencemos à natureza – sendo a —dominação‖ sobre ela, em certo ponto, a nossa própria ruína.

Os paradoxos do tempo no qual vivemos se multiplicam: produzimos alimentos em quantidade mais que suficiente para suprir toda a população do planeta ao passo que a fome parece ser um problema longe de ser solucionado – e ainda temos a obesidade como novo problema; nunca houve tantos países democráticos no mundo ao passo de que as grandes corporações nunca tiveram tanto poder político; nunca exercemos tamanho domínio sobre a natureza, ao passo que incontroláveis catástrofes naturais (tsunamis, terremotos, furacões, secas) tornam-se cada vez mais recorrentes; construímos aquários e zoológicos ou incentivamos e regulamos a caça esportiva sob o argumento de assim estarmos salvando os animais da extinção; flexibilizamos a legislação socio-ambiental sob o pretexto de melhorar a qualidade de vida da sociedade; entre outros tantos.

Nesse contexto pouco próspero, a sustentabilidade se apresenta como alternativa capaz de recalibrar o modo de pensar e gerir o destino comum, representando uma segunda chance para a humanidade. Ela deve nortear todo e qualquer desenvolvimento a partir de uma visão integradora da natureza, ou seja, que está em harmonia com um modelo inteligível maior.

Ambientalmente, a sustentabilidade nos alerta de que a espécie humana não pode sobreviver fora do ambiente; que o hiperconsumismo deve ser confrontado; que não há qualidade de vida, nem longevidade digna em ambiente degradado.

Do ponto de vista social, ela advoga pela equidade intra e intergeracional, pelo real envolvimento na causa, respeitando o valor intrínseco dos demais seres humanos e elege a educação como principal investimento em longo prazo capaz de fazer florescer as potencialidades humanas.

Da perspectiva Econômica, deve ser combatido o desperdício em todas as suas formas; os custos e benefícios diretos e indiretos devem ser avaliados tendo em consideração a equidade intra e intergeracional; além disso, faz-se de extrema importância a regulação estatal para um mercado sustentável.

Eticamente, a sustentabilidade combate o antropocentrismo, admitindo a ligação de todos os seres, afirmando o impacto retroalimentador de ações e omissões e exigindo moralmente a universalização concreta do bem-estar duradouro.

Por fim, a dimensão jurídico-política demanda a afirmação da antijuricidade das condutas causadoras de danos intergeracionais, bem como a revisão de titularidades, além de afirmar a sustentabilidade como princípio constitucional, imediato e diretamente vinculante.

Dessa maneira o desenvolvimento sustentável, a ser alcançado com base numa profunda mudança do nosso estilo de vida, deve ser capaz de proporcionar o bem-estar pluridimensional (social, econômico, ético, ambiental e jurídico-político) de maneira duradoura e universal, muito além da visão antropocêntrica da ecologia rasa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012. 107-135 p.

ALLIANCE 87. **Modern slavery**. Disponível em: <<https://www.alliance87.org/2017ge/modernslavery#!section=10>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BACHUR, João Paulo. Individualismo, liberalismo e filosofia da história. **Lua Nova**, São Paulo, n. 66, p. 167-203, jan./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext>. Acesso em: 06 out. 2017.

BARBAULT, Robert. **Ecologia geral**: Estrutura e funcionamento da biosfera. Petrópolis: Vozes, 2011. 318 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: O que é: o que não é. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 67 p.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguila; JÚNIOR, Nelson Da SILVA. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 24, jun./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/21528/17079>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CHOMSKY, NOAM. **Requiem for the american dream**. Disponível em: <direção: kelly nyks, peter d. hutchison, jared p. scott>. Acesso em: 18 nov. 2017.

COSTANZA, R. et al. Beyond GDP: The Need for New Measures of Progress. **THE PARDEE PAPERS**, Boston University, n. 4, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.bu.edu/pardee/files/documents/PP-004-GDP.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

COUTINHO, Carlos Marden Cabral; MORAIS, Jose Luis Bolzan De. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA DEMOCRACIA. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 173-198, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 20 out. 2017.

DEVALL, Bill. **Deep ecology: living as if nature mattered**. Salt Lake City: Peregrine Smith Book, 1985.

DEVELOPMENT., World Commission On Environment And. **Our common future**. New York: Oxford University Press, 1987.

DRENGSON, V. et al. **The ecology of wisdom: writings by Arne Naess**. Berkeley: Counterpoint, 2010.

FOOTPRINT NETWORK. **Global footprint**. Disponível em: <<http://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>>. consultado em 4 de outubro de 2017.>. Acesso em: 04 out. 2017.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte,, v. 13, n. 25, p. 133-153, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 17 out. 2017.

GAZETA DO POVO. **Odebrecht doou r\$ 46 milhões para 15 partidos em 2014.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/odebrecht-doou-r-46-milhoes-para-15-partidos-em-2014-30lez7z58evyx6lbnn9mrgnb>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

GUINNESS WORLD RECORDS. **Best-selling book of non-fiction.** Disponível em: <<http://www.guinnessworldrecords.com/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

HEINRICH BÖLL FOUNDATION. **Flexibilização da legislação socioambiental no brasil.** Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

HELLIWELL, F. et al. The social context of well-being. . p.1444. **Philosophical transactions – Biological Sciences**, [S.L], v. 359, n. 1449, jan./dez. 2004. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov>>. Acesso em: 24 out. 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Profits and poverty: the economics of forced labour.** Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_243391.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

JR, Lynn WHITE. Historical roots of our ecological crisis. **Science**, [S.L], v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, mar. 1967. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203>>. Acesso em: 18 set. 2017.

LANG, Winfried. UN-Principles and International Environmental Law. **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, Munich, v. 3, jan./dez. 1999. Disponível em: <http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_lang_3.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

LEBOW, Victor. Price competition in 1955. **Journal of Retailing**, New York, spr./195. undefined. Disponível em: <<http://www.gcafh.org/edlab/Lebow.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LOURENÇO, Daniel Braga; OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza De. SUSTENTABILIDADE; ECONOMIA VERDE; DIREITO DOS ANIMAIS; ECOLOGIA PROFUNDA: ALGUMAS

CONSIDERAÇÕES. **RIDB**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.idb-fdul.com/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MEADOWS, D. et al. **The limits to growth**: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. 5 ed. New York: Universe Books, 1972.

NETO, Bruno Cozza Saraiva & Francisco Quintanilha Veras. ESTADO, CONSTITUIÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: A RETOMADA DO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTAL. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 337-366, jan./jul. 2015. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza De. Especismo Religioso. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 6, n. 8, p. 161-220, jan./jun. 2011.

ONU. **Onu e meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

OVERSHOOT DAY. **Earth overshoot day**. Disponível em: <<http://www.overshootday.org/about-earth-overshoot-day/country-overshoot-days/>>. Acesso em: 10 nov. 2017. OXFAM. **Uma economia para os 99%**. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-pt.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

PAZZINI, Bianca; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE CARNE COMO PREJUDICIAIS AO MEIO AMBIENTE, AOS DIREITOS HUMANOS E AOS DIREITOS ANIMAIS: PERSPECTIVAS PARA UM EFETIVO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 259-283, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PNUD. **O que é idh?**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 26 out. 2017.

RAMMÊ, Rogério Santos. FEDERALISMO AMBIENTAL COOPERATIVO E MÍNIMO EXISTENCIAL SOCIOAMBIENTAL: a multidimensionalidade do bem-estar como fio condutor. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 10, n. 20, p. 145-161, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 07 out. 2017.

REVISTA EXAME. **Brasil destroi 128 campos de futebol de floresta por hora**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/brasil-destroi-128-campos-de-futebol-de-floresta-por-hora/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

REVISTA EXAME. **Cronologia das crises**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/cronologia-criSES-mais-graves-1929-572924/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

RODRIGUES, Isabel Nader; LUMERTZ, Eduardo Só Dos Santos. A ECONOMIA VERDE COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 107-134, jan./jul. 2014. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 28 set. 2017.

ROGERIO, Marcele Scapin; NISHIJIMA, Toshio. O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL POR MEIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA AO USO RACIONAL DA PROPRIEDADE RURAL E AO CUMPRIMENTO DA SUA FUNÇÃO SOCIAL. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 235-258, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 18 out. 2017.

ROUTLEY, Richard. Is there a need for a new, an environmental, ethic?. **Proceedings of the xvth world congress of philosophy**, Varna. Bulgária, p. 205-210, set. 1973. SACHS,

Jeffrey. **A riqueza de todos**: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Maria Anaber Melo E; BERTOLDI, Marcia Rodrigues. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A CIDADANIA, INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DO DIREITO A UM MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO BRASIL E EM PORTUGAL. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n. 27, p. 291-314, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira Da. CRISE ECOLÓGICA E CRISE(S) DO CAPITALISMO: O suporte da teoria marxista para a explicação da crise ambiental. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 115-132, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. Comendo o planeta: impactos ambientais da criação e consumo de animais. Disponível em: <http://www.svb.org.br/livros/comendo_o_planeta.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

STAFFEN, Márcio Ricardo; SANTOS, Rafael Padilha Dos. O FUNDAMENTO CULTURAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SUA CONVERGÊNCIA PARA O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE. **Veredas do Direito, Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 263-288, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/issue/archive>>. Acesso em: 21 set. 2017.

TECHNISCHE UNIVERSITÄT BERGAKADEMIE FREIBERG. **Der erfinder der nachhaltigkeit**. Disponível em: <http://tu-freiberg.de/sites/default/files/media/presse/carlowitz/grober_der_erfinder_der_nachhaltigkeit.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. Individualismo, behaviorismo e história. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-9, ago. 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2017.

WATERS, C. N. et al. The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science**, [S.L], v. 351, n. 6269, mar. 1967. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/351/6269/aad2622>>. Acesso em: 18 set. 2017.

WWF. **Informe planeta vivo 2016**. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/informe_planeta_vivo_2016.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **relatório final da previdência diz que déficit inexistente**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/brasil/noticia/2017/10/relatorio-final-da-cpi-da-previdencia-diz-que-deficit-inexiste.html>>. Acesso em: 07 nov. 2017.